



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

AUDITOR-FISCAL DA RECEITA MUNICIPAL – BLOCO II

Instruções

Leia atentamente e cumpra rigorosamente as instruções que seguem, pois elas são parte integrante das provas e das normas que regem esse Concurso Público.

1. Atente-se aos avisos contidos no quadro da sala.
2. Seus pertences deverão ser armazenados dentro do saco plástico fornecido pelo fiscal. Somente devem permanecer em posse do candidato caneta esferográfica de ponta grossa, de material transparente, com tinta azul ou preta, documento de identidade, lanche e água, se houver. A utilização de qualquer material não permitido em edital é expressamente proibida, acarretando a imediata exclusão do candidato.
3. Certifique-se de que este caderno:
 - contém 80 (oitenta) questões;
 - refere-se ao cargo para o qual realizou a inscrição.
4. Cada questão oferece 5 (cinco) alternativas de respostas, representadas pelas letras A, B, C, D e E, sendo apenas 1 (uma) a resposta correta.
5. No caderno de prova, pode-se rabiscar, riscar e calcular.
6. Será respeitado o tempo para realização da prova conforme previsto em edital, incluindo o preenchimento da grade de respostas.
7. A responsabilidade referente à interpretação dos conteúdos das questões é exclusiva do candidato.
8. Os três últimos candidatos deverão retirar-se da sala de prova ao mesmo tempo, devendo assinar a Ata de Prova.
9. Os gabaritos preliminares da prova objetiva serão divulgados na data descrita no Cronograma de Execução.

Boa prova!



INFORMÁTICA

Para a resolução das questões desta prova, considere os seguintes detalhes: (1) os programas utilizados nesta prova foram instalados com todas as suas configurações padrão, entretanto, caso tenham sido realizadas alterações que impactem na resolução da questão, elas serão alertadas no texto da questão ou mostradas visualmente, se necessário; (2) no enunciado e nas respostas de algumas questões, existe(m) letra(s), palavra(s) ou texto(s) que foram digitados entre aspas, apenas para destacá-los. Neste caso, para resolver as questões, desconsidere tais aspas e atente-se somente para a(s) letra(s), palavra(s) ou texto(s) propriamente ditos; (3) em algumas figuras foram inseridas setas numeradas apenas para facilitar a resolução da questões e (4) para resolver as questões desta prova, considere, apenas, os recursos disponibilizados, tais como essas orientações, os textos introdutórios das questões, normalmente disponibilizados antes das Figuras, os enunciados propriamente ditos e os dados e informações disponíveis nas Figuras das questões, se houver.

As questões 01 e 02 baseiam-se na Figura 1, que mostra uma notícia da Agência Brasil, da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), publicada dia 19 de setembro de 2019, disponível no seguinte endereço eletrônico <http://www.ebc.com.br/institucional/sala-de-imprensa/noticias/2019/11/ebc-ganha-nova-identidade-visual-1>. Segundo a Agência Brasil, a Polícia Federal deflagrou, no dia 19 de setembro de 2019, a 2ª fase da Operação *Spoofing*, que investiga a invasão de dispositivos eletrônicos de autoridades e a prática de crimes cibernéticos.



Figura 1 – Notícia da Agência Brasil

QUESTÃO 01 – A Figura 1 apresenta notícia a respeito da 2ª fase da Operação *Spoofing*, na qual os policiais federais cumpriram dois mandados de prisão temporária e outros de busca e apreensão em endereços de pessoas ligadas à organização criminosa investigada. Os criminosos invadiram os celulares de autoridades, tendo acessado e tomado conhecimento de informações, muito delas sensíveis, sem autorização dos respectivos proprietários. Nesse caso, é correto afirmar que o seguinte princípio básico da Segurança da Informação foi violado:

- A) Sigilo.
- B) Integridade.
- C) Não repúdio.
- D) Autenticidade.
- E) Disponibilidade.

QUESTÃO 02 – A operação deflagrada pela Polícia Federal recebeu o nome de Operação *Spoofing*. *Spoofing* refere-se a um tipo de ataque na Internet caracterizado:

- A) Pela interceptação de tráfego, que é uma técnica que consiste em inspecionar os dados trafegados em redes de computadores e dispositivos móveis, por meio do uso de programas específicos chamados de *spoofers*.
- B) Pela falsificação de uma página da internet, que é uma técnica que consiste em alterar o conteúdo da página web de um site, por meio de programas específicos chamados de *trojan horse*.
- C) Pela falsificação de e-mail, que é uma técnica que consiste em alterar campos do cabeçalho de um e-mail, de forma a aparentar que ele foi enviado de uma determinada origem quando, na verdade, foi enviado de outra.
- D) Por um ataque de força bruta, que consiste em adivinhar, por tentativa e erro, um nome de usuário e senha e, assim, executar processos e acessar sites, computadores, dispositivos móveis e serviços em nome e com os mesmos privilégios deste usuário.
- E) Pela negação de serviço, que é uma técnica pela qual um atacante utiliza um computador para tirar de operação um serviço, um computador, um dispositivo móvel ou uma rede conectada à internet.

A questão 03 baseia-se na Figura 2, que exibe a venda de certificados digitais, do tipo "e-CNPJ" e os respectivos meios em que podem ser armazenados e utilizados.



Figura 2 – Venda de certificados digitais

QUESTÃO 03 – Um certificado digital "e-CNPJ", do tipo "A1", após devidamente emitido, pode ser armazenado:

- I. Diretamente no computador do titular do certificado.
- II. Em um token.
- III. Em um cartão smart card.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I.
- B) Apenas III.
- C) Apenas I e II.
- D) Apenas II e III.
- E) I, II e III.

QUESTÃO 04 – Segundo o Guia do PMBOK, 6ª. Edição, um esforço temporário empreendido para criar um produto, serviço ou resultado único, é chamado de:

- A) Projeto.
- B) Portfólio.
- C) Processo.
- D) Operação.
- E) Programa.

A questão 05 baseia-se na Figura 3, que mostra a ordem em que uma tarefa pode ser executada. Nesse caso, existem dois caminhos possíveis: (1) é a execução das atividades A, B, D e F, em 16 (dezesseis) dias; e (2) execução das atividades A, C, E e F, em 14 (quatorze) dias.

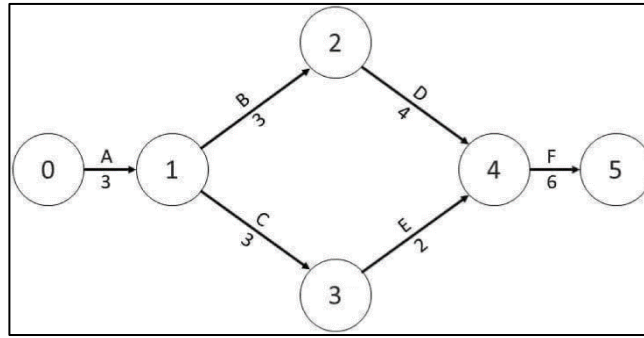


Figura 3 – Ordem de execução de tarefa

QUESTÃO 05 – Segundo o Guia do PMBOK, 6ª. Edição, a Figura 3 é elaborada por meio do método:

- A) Do Diagrama de Precedência (MDP), em que ABDF é o caminho de precedência escolhido.
- B) Do Diagrama de Precedência (MDP), em que ACEF é o caminho de precedência escolhido.
- C) Método Responsável, Aprovador, Consultado e Informado (RACI), em que ABDF é o caminho RACI escolhido.
- D) Do Caminho Crítico (CPM), em que ABDF é caminho crítico do projeto.
- E) Do Caminho Crítico (CPM), em que ACEF é caminho crítico do projeto.

A questão 06 baseia-se nas Figuras 4(a) e 4(b). A Figura 4(a) mostra um Diagrama Entidade-Relacionamento (DER), notação de "Peter Chen", adaptado por "Carlos Alberto Heuser". A Figura 4(b) mostra dois esquemas relacionais, construídos a partir do DER da Figura 4(a), no qual se omitiu, intencionalmente, a linha de texto da referência.

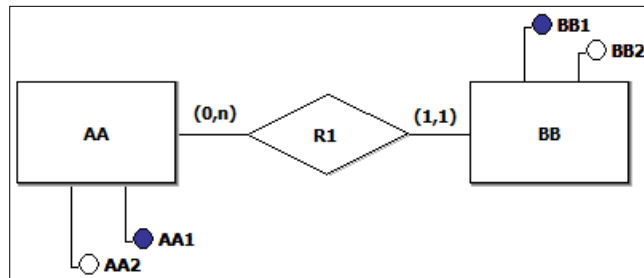


Figura 4(a) – DER

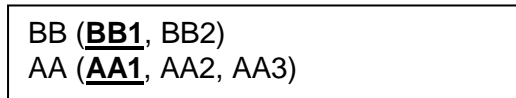


Figura 4(b) – Esquemas relacionais

QUESTÃO 06 – Os esquemas relacionais mostrados na Figura 4(b) foram devidamente implementados em um Sistema Gerenciador de Banco de Dados Relacional (SGBDR), tendo sido criadas e populadas as tabelas correspondentes com dados, segundo os conceitos do modelo relacional. Nesse caso, para evitar anomalias de atualização, pode-se afirmar que:

- I. Para que seja possível a inclusão de uma tupla em "AA", deve haver uma tupla em "BB" tal que "AA3" = "BB1" ou "AA3" será nulo.
- II. Para a inserção de uma tupla em "BB", tem que existir uma tupla em "AA", em que, obrigatoriamente "BB1" = "AA3".
- III. Por padrão, deve ser possível a exclusão de uma tupla de "AA", mesmo quando "AA3" = "BB1".

Quais estão corretas?

- A) Apenas I.
- B) Apenas III.
- C) Apenas I e II.
- D) Apenas II e III.
- E) I, II e III.

A questão 07 baseia-se na Figura 5 que mostra, esquematicamente, a tabela relacional "Teste", implementada segundo os conceitos do modelo relacional, em um Sistema Gerenciador de Banco de Dados Relacional (SGBDR), cujas colunas estão identificadas pelas letras de "A" a "G", assim como as dependências funcionais entre as colunas dessa tabela. Nessa tabela, suprimiu-se, intencionalmente, os seus registros.

Tabela Teste						
A	B	C	D	E	F	G

Dependências funcionais:
(A,B) → (F,G)
B → (C,D,E)

Figura 5 – Tabela e dependências funcionais

QUESTÃO 07 – Na Figura 5, observam-se as dependências funcionais existentes entre as colunas da tabela "Teste", como, por exemplo, as colunas (A,B) determinam funcionalmente as colunas (F,G). Portanto, analisando-se essa Figura, pode-se concluir que essa tabela está na:

- I. 1ª Forma Normal (1FN).
- II. 2ª Forma Normal (2FN).
- III. 3ª Forma Normal (3FN).

Quais estão corretas?

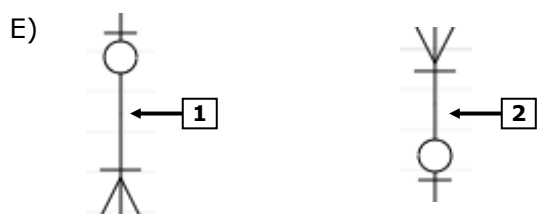
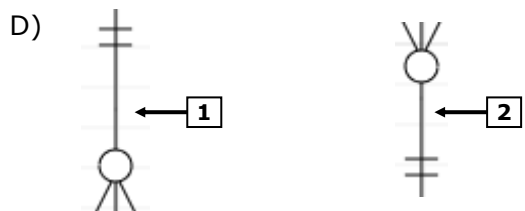
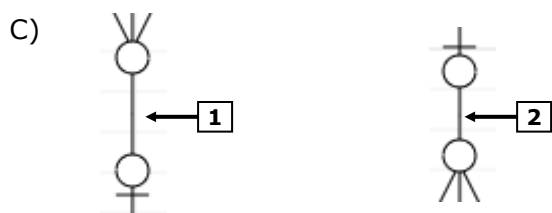
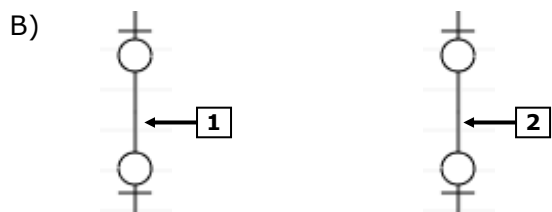
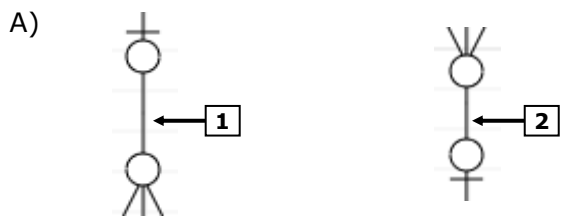
- A) Apenas I.
- B) Apenas II.
- C) Apenas I e II.
- D) Apenas II e III.
- E) I, II e III.

As questões 08, 09 e 10 baseiam-se na Figura 6, que mostra, esquematicamente, um Diagrama Entidade-Relacionamento (DER) elaborado no MySQL Workbench 8.0, no qual se inseriu, intencionalmente, nos locais apontados pelas setas nº 1 e 2, retângulos para ocultar os relacionamentos existentes nesses locais. Nesse DER, constam as entidades "Produto", "Aquisicao" e "Cliente", implementadas de acordo com as seguintes regras de negócio: (1) um cliente poderá adquirir um ou mais produtos, inclusive os mesmos produtos mais de uma vez, em data/hora diferentes; (2) um produto poderá ser adquirido por um ou mais clientes, inclusive o mesmo cliente, mais de uma vez; (3) deve ser possível cadastrar qualquer produto ou cliente, no banco de dados, sem associá-los a qualquer outra tabela; (4) ao se associar um cliente a um produto, armazena-se, no banco de dados, a quantidade adquirida, a correspondente data/hora de aquisição e o preço efetivamente pago (que poderá ser diferente do preço de tabela do produto, devido ao cliente ter recebido um desconto no preço do produto).



Figura 6 – DER

QUESTÃO 08 – Para que o DER da Figura 6 fique correto, deverão ser inseridos, respectivamente, nos locais apontados pelas setas nº 1 e 2, os seguintes relacionamentos:



QUESTÃO 09 – Sabe-se que, a partir do DER mostrado na Figura 6, foram criadas e populadas as tabelas correspondentes em um Sistema Gerenciador de Banco de Dados Relacional (SGBDR), tendo-se respeitado, rigorosamente, os conceitos do modelo relacional. Nesse caso, para criar a tabela "Aquisicao", bastou executar a seguinte declaração, em SQL padrão ANSI:

A)

```
CREATE TABLE Aquisicao (
  Produto_prod_codigo INT NOT NULL,
  Cliente_cli_codigo INT NOT NULL,
  aquisicao_quantidade_venda FLOAT NOT NULL,
  aquisicao_preco_venda FLOAT NOT NULL,
  aquisicao_data_hora DATE NOT NULL,
  PRIMARY KEY (aquisicao_data_hora, Produto_prod_codigo, Cliente_cli_codigo),
  FOREIGN KEY (Produto_prod_codigo) REFERENCES Produto (prod_codigo),
  FOREIGN KEY (Cliente_cli_codigo) REFERENCES Cliente (cli_codigo)
);
```

B)

```
CREATE TABLE Aquisicao (
  Produto_prod_codigo INT NOT NULL,
  Cliente_cli_codigo INT NOT NULL,
  aquisicao_quantidade_venda FLOAT NULL,
  aquisicao_preco_venda FLOAT NULL,
  aquisicao_data_hora DATE NOT NULL,
  PRIMARY KEY (Produto_prod_codigo, Cliente_cli_codigo),
  FOREIGN KEY (Produto_prod_codigo) REFERENCES Produto (prod_codigo),
  FOREIGN KEY (Cliente_cli_codigo) REFERENCES Cliente (cli_codigo)
);
```

C)

```
CREATE TABLE Aquisicao (
  Produto_prod_codigo INT PRIMARY KEY,
  Cliente_cli_codigo INT PRIMARY KEY,
  aquisicao_quantidade_venda FLOAT NOT NULL,
  aquisicao_preco_venda FLOAT NOT NULL,
  aquisicao_data_hora DATE PRIMARY KEY,
  FOREIGN KEY (Produto_prod_codigo) REFERENCES Produto (prod_codigo),
  FOREIGN KEY (Cliente_cli_codigo) REFERENCES Cliente (cli_codigo)
);
```

D)

```
CREATE TABLE Aquisicao (
  Produto_prod_codigo INT PRIMARY KEY REFERENCES Produto (prod_codigo),
  Cliente_cli_codigo INT PRIMARY KEY ) REFERENCES Cliente (cli_codigo),
  aquisicao_quantidade_venda FLOAT NULL,
  aquisicao_preco_venda FLOAT NULL,
  aquisicao_data_hora DATE PRIMARY KEY
);
```

E)

```
CREATE TABLE Aquisicao (
  Produto_prod_codigo INT PRIMARY KEY REFERENCES Produto (prod_codigo) NOT NULL,
  Cliente_cli_codigo INT PRIMARY KEY ) REFERENCES Cliente (cli_codigo) NOT NULL,
  aquisicao_quantidade_venda FLOAT NOT NULL,
  aquisicao_preco_venda FLOAT NOT NULL,
  aquisicao_data_hora DATE NOT NULL
);
```


QUESTÃO 10 – Um cliente, ao realizar uma compra, poderá adquirir vários produtos. Por exemplo, no dia 03/01/2019, às 10h:37min (dez horas e trinta e sete minutos), o cliente João Pedro, adquiriu os seguintes produtos: (1) 10 lápis ao preço de venda de 0,55 cada; e (2) 5 canetas esferográficas, ao preço de venda de 1,50 cada. O valor total dessa compra realizada pelo Joao foi de 13,00, que corresponde a soma das seguintes contabilizações: $(10 * 0,55 + 5 * 1,50)$. Joao Pedro poderá adquirir esses mesmos produtos e outros, quando desejar. As quantidades adquiridas e o preço de venda são registrados na tabela "AQUISICAO". Pretende-se gerar um relatório que exiba o código e nome de cada cliente, a data de aquisição e o valor total de cada aquisição realizada por esses clientes. O resultado deverá ser ordenado de forma ascendente pela data de aquisição e, a seguir, pelo código do cliente, também de forma ascendente. Nesse caso, é uma consulta que atende corretamente ao enunciado acima:

I.

```
SELECT cli_codigo, cli_nome, aquisicao_data, sum
(aquisicao_preco_venda*aquisicao_quantidade_venda)
soma
FROM cliente, aquisicao
WHERE cli_codigo = cliente_cli_codigo
GROUP BY cli_codigo, cli_nome, aquisicao_data
ORDER BY cli_codigo, aquisicao_data;
```

II.

```
SELECT cli_codigo, cli_nome, aquisicao_data, sum
(aquisicao_preco_venda*aquisicao_quantidade_venda)
FROM cliente INNER JOIN aquisicao ON cli_codigo =
cliente_cli_codigo
GROUP BY cli_codigo, cli_nome, aquisicao_data
ORDER BY cli_codigo ASC, aquisicao_data ASC;
```

III.

```
SELECT c.cli_codigo, c.cli_nome, a.aquisicao_data, soma
FROM cliente c, aquisicao a
WHERE a.cli_codigo = a.cliente_cli_codigo
GROUP BY c.cli_codigo, c.cli_nome, a.aquisicao_data
ORDER BY c.cli_codigo, a.aquisicao_data;
HAVING
sum
(a.aquisicao_preco_venda*a.aquisicao_quantidade_venda)
soma;
```

Quais estão corretas?

- A) Apenas III.
- B) Apenas I e II.
- C) Apenas I e III.
- D) Apenas II e III.
- E) I, II e III.

A questão 11 baseia-se na Figura 7, que mostra uma modelagem multidimensional, elaborada no Microsoft Access 365 (MS Access 365).

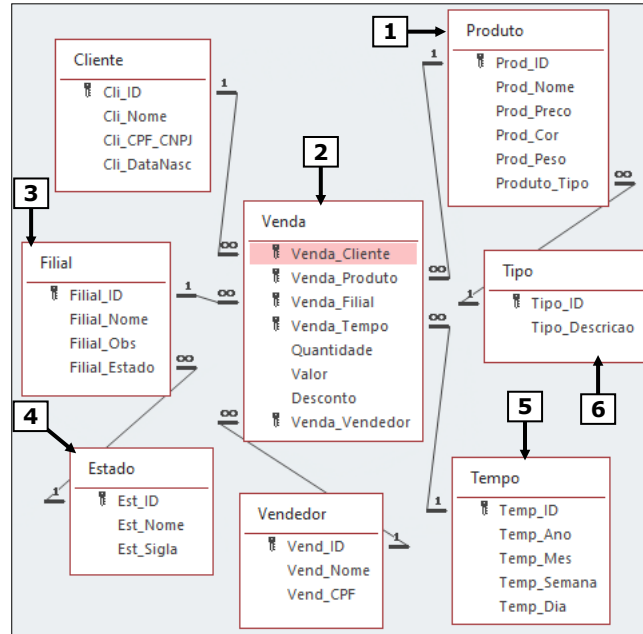


Figura 7 – Modelagem multidimensional

QUESTÃO 11 – Após observar a Figura 7, analise as seguintes assertivas:

- I. A tabela fato, dessa modelagem, é "Venda", apontada pela seta nº 2.
- II. As tabelas "Produto", "Filial", "Estado", "Tempo" e "Tipo", apontados, respectivamente pelas setas nº 1, 3, 4, 5 e 6, são tabelas "Dimensão".
- III. O esquema multidimensional exibido na Figura 7 é chamado de esquema "Estrela".

Quais estão corretas?

- A) Apenas I.
- B) Apenas III.
- C) Apenas I e II.
- D) Apenas II e III.
- E) I, II e III.

A questão 12 baseia-se na Figura 8, que exibe uma modelagem de processo incompleta, que ainda se encontra sendo realizada no BizAgi Modeler 64-bit, versão 3.6.0.044.

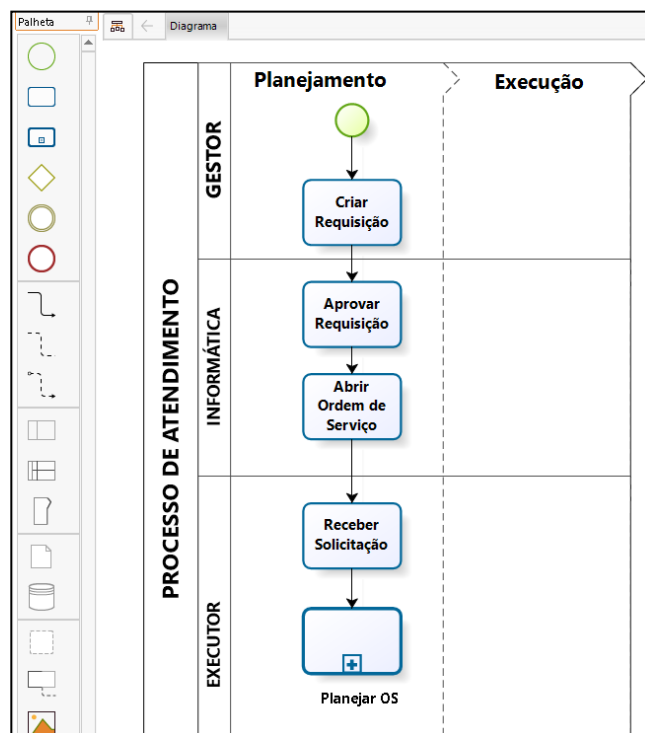


Figura 8 – Modelagem no BizAgi

QUESTÃO 12 – A Figura 8 exibe a janela principal do BizAgi Modeler, na qual se encontra sendo realizada uma modelagem de processo. Nessa Figura, é possível visualizar:

- I. Um pool e três lanes.
- II. Duas milestones.
- III. Quatro tarefas e um subprocesso.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I.
- B) Apenas III.
- C) Apenas I e II.
- D) Apenas II e III.
- E) I, II e III.

QUESTÃO 13 – Existe um tipo de acordo que é estabelecido entre o Provedor de Serviços de Tecnologia da Informação (TI) e outra área da mesma organização ou então outro Provedor de Serviços de TI interno da organização. Por exemplo, pode-se estabelecer um acordo entre a equipe de desenvolvimento de software com a equipe de infraestrutura de banco de dados, para garantir o prazo de desenvolvimento de um sistema. No ITIL v3, tal acordo é chamado de:

- A) Acordo Interno (AI).
- B) Contrato de Apoio (CA).
- C) Acordo de Nível de Serviço (ANS).
- D) Acordo de Nível de Operacional (ANO).
- E) Contrato de Provedor de Serviços (CPS).

A questão 14 baseia-se na Figura 9, retirada do COBIT 5, que exibe os "Habilitadores Corporativos do COBIT 5".

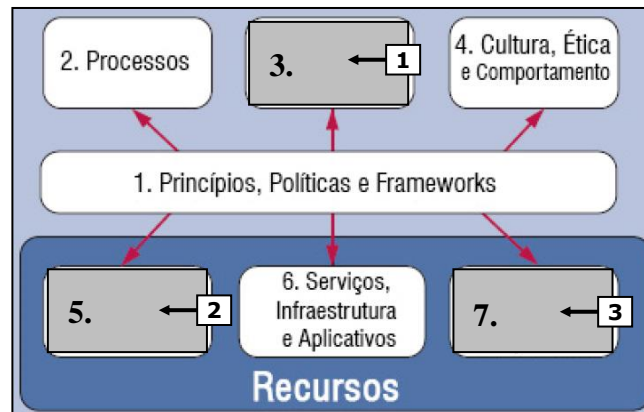


Figura 9 – Habilitadores Corporativos do COBIT 5

QUESTÃO 14 – O 4º princípio básico do COBIT 5, para governança e gestão de Tecnologia da Informação (TI), é "Permitir uma Abordagem Holística", no qual são tratados os "Habilitadores". Nesse caso, pode-se afirmar que a seta nº:

- I. 1 aponta para o habilitador "3. Estruturas Organizacionais".
- II. 2 aponta para o habilitador "5. Informação".
- III. 3 aponta para o habilitador "7. Gestão Organizacional".

Quais estão corretas?

- A) Apenas I.
- B) Apenas III.
- C) Apenas I e II.
- D) Apenas II e III.
- E) I, II e III.

As questões 15 e 16 baseiam-se nas Figura 10(a), 10(b) e 10(c). Sobre a Figura 10(a), considere os seguintes aspectos: (1) ela mostra uma tabela na qual constam, intencionalmente, os requisitos de software de um novo projeto de desenvolvimento de software, que serão completamente levantados e analisados apenas nos dois primeiros meses de trabalho; (2) no primeiro mês, serão levantados e analisados os requisitos "Manter Aluno", "Manter Professor", "Manter Curso" e "Manter Disciplina"; (3) cada um dos "Manter", do primeiro mês, é composto unicamente pelas funcionalidades incluir, consultar, atualizar e excluir (CRUD). Por exemplo, "Manter Aluno" é composto, apenas, pelos processos elementares "Incluir Aluno", "Consultar Aluno", "Atualizar Aluno" e "Excluir Aluno". A Figura 10(b) exibe uma visão geral do "Processo Unificado Rational" (RUP), no qual se inseriu, em alguns lugares, retângulos para ocultar qualquer texto existente nesses locais. A Figura 10(c) mostra uma tabela utilizada para determinação da contribuição de Pontos de Função (PF) em contagens estimadas, segundo a NESMA (*NESMA Early FPA Counting*), na qual serão consideradas, apenas, as "Entradas Externas" (EE), "Consultas Externas" (CE) e "Saídas Externas" (SE).

Requisitos de software a serem Levantados e Analisados	
1º Mês (Módulo 1)	2º Mês (Módulo 2)
Manter Aluno	Manter Nota
Manter Professor	Manter Frequência
Manter Curso	Manter coordenador
Manter Disciplina	Revisar lançamentos

Figura 10(a) – Requisitos de software

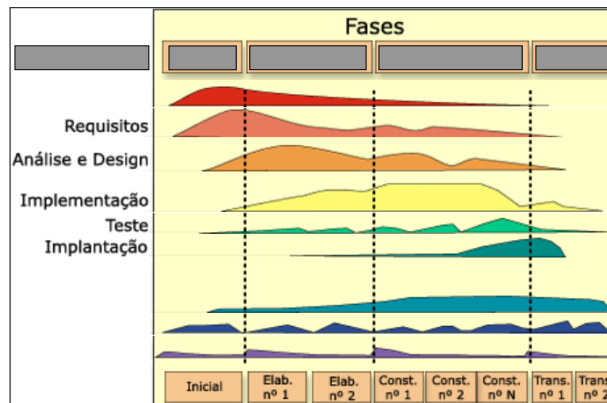


Figura 10(b) – Visão geral do RUP

Tipo de Função	Média de PF	Complexidade		
		Alta	Média	Baixa
EE	4,3	6	4	3
SE	5,4	7	5	4
CE	3,8	6	4	3

Figura 10(c) – Tabela para determinação da contribuição de PF

QUESTÃO 15 – Após observar as Figuras 10(a) e 10(b), e ler o texto introdutório dessa questão, pode-se afirmar que:

- I. Na metodologia de desenvolvimento de software RUP, os módulos nº 1 e 2, mostrados na Figura 10(a), são exemplo de iterações.
- II. No RUP, o escopo do software é estabelecido na fase chamada de "Iniciação".
- III. "Manter Aluno", "Manter Professor" e "Manter Curso", no RUP, são exemplos de requisitos funcionais do sistema, chamados de casos de uso.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I.
- B) Apenas III.
- C) Apenas I e II.
- D) Apenas II e III.
- E) I, II e III.

QUESTÃO 16 – Sabe-se que em todos os processos elementares de "CONSULTA", dos "CRUD's" do primeiro mês, haverá contabilização, devendo ser apresentado, no rodapé de cada página do relatório gerado, o número da página atual e o seu total, por exemplo, 1/5 (página 1 de 5). Nesse caso, considerando apenas as funções do tipo transação, a contagem estimada de Pontos de Função, do Módulo 1, segundo a NESMA, será um número:

- A) Menor ou igual a 40.
- B) Maior que 40 e menor ou igual a 50.
- C) Maior que 50 e menor ou igual a 60.
- D) Maior que 60 e menor ou igual a 70.
- E) Maior que 70.

A questão 17 baseia-se na Figura 11, que exibe a imagem de um gráfico elaborado no *framework* Scrum, sobre o qual, considere os seguintes aspectos: (1) o eixo horizontal mostra, da esquerda para a direita, os dias de uma *Sprint*; (2) o eixo vertical exibe, de cima para baixo, em porcentagem, a quantidade de trabalho que ainda precisa ser feita; e (3) a linha tracejada exibe o esforço estimado, enquanto a linha contínua mostra o esforço atual.

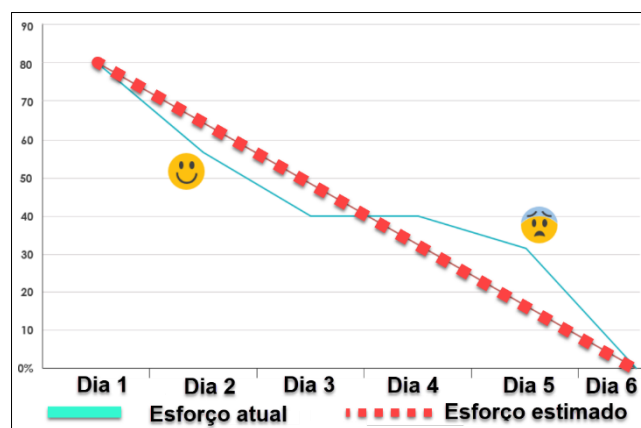


Figura 11 – Gráfico do Scrum

QUESTÃO 17 – No *framework* "Scrum", a equipe pode monitorar seu progresso ao final de cada Sprint por meio do gráfico mostrado na Figura 17, o qual é chamado de:

- A) *Sprint Planning Meeting*.
- B) *Release Burndown Chart*.
- C) *Release Planning Meeting*.
- D) *Sprint Retrospective Chart*.
- E) *Sprint Review Meeting Chart*.

QUESTÃO 18 – No framework "Scrum", elabora-se uma lista ordenada de tudo que é conhecido ser necessário no produto. Sobre essa lista, considere, ainda, as seguintes características: (1) ela é a única origem dos requisitos para qualquer mudança a ser feita no produto; (2) essa lista é dinâmica, mudando constantemente para identificar o que o produto necessita para ser mais apropriado, competitivo e útil; (3) ela evolui tanto quanto o produto e o ambiente no qual ele será utilizado; (4) nessa lista, constam todas as características, funções, requisitos, melhorias e correções que formam as mudanças que devem ser feitas no produto nas futuras versões. Nesse caso, pode-se afirmar que tal lista é chamada de:

- A) Incremento.
- B) *Sprint Backlog*.
- C) *Backlog Planning*.
- D) *Product Backlog*.
- E) Definição de Pronto.

A questão 19 baseia-se na Figura 12, que exhibe a tela de entrada de dados do software Sistema de Atendimento Agendado (SAA), do Ministério do Trabalho e Emprego, disponível no endereço <<<http://saaweb.mte.gov.br/inter/saa/pages/agendamento/main.seam>>>.



SAA - Sistema de Atendimento Agendado

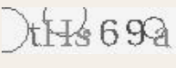
Agendar Atendimento

Informações do Agendamento

Estado: ✓

Município: ✓

Tipo de Atendimento: ✓

 699 clique aqui para obter uma nova imagem.

Código de Segurança: ✓

Figura 12 – Tela de entrada de dados

QUESTÃO 19 – Sabe-se que a equipe responsável pelo desenvolvimento da funcionalidade Agendar Atendimento, do software Sistema de Atendimento Agendado (SAA), realizou testes intensivos, com o objetivo de entregar tal funcionalidade estável e sem erros. A equipe de testes, antes de iniciar suas atividades, estudou os artefatos elaborados no projeto, tais como documento visão, diagramas e especificações de casos de uso, histórias de usuário, casos de teste, regras de negócio, modelo de dados, lista de mensagens, tipos de dados e valores válidos de entrada e saída, dentre outros. Os testadores realizaram muitas simulações, inserindo, na tela de entrada de dados, dados certos e errados, de modo a observar o comportamento do software e as correspondentes saídas de dados. Não cabia a essa equipe realizar testes na arquitetura do software e nem a validação de algoritmos, linguagem de programação ou quaisquer outras estruturas de dados, dessa funcionalidade. Nesse caso, pode-se afirmar que a equipe realizou o seguinte tipo de testes de software:

- A) Teste unitário.
- B) Teste de stress.
- C) Teste de regressão.
- D) Teste de caixa preta.
- E) Teste de caixa branca.

QUESTÃO 20 – No framework CMMI-Dev v2.0, existe a *Practice Area* (Área de Atuação ou Área de Processo) chamada Verificação e Validação, que se refere à seguinte(a) *Category* (Categoria):

- A) Fazendo
- B) Possibilitando.
- C) Garantindo a Qualidade.
- D) Suportando a Implementação.
- E) Engenharia e Desenvolvimento de Produtos.

DIREITO TRIBUTÁRIO

QUESTÃO 21 – Sobre o conceito de tributo e as espécies tributárias, assinale a alternativa correta.

- A) Multas tributárias se enquadram no conceito de tributo, previsto no Art. 3º do CTN.
- B) O CTN, em seu Art. 5º, adotou a classificação tripartida dos tributos, dividindo-os em impostos, taxas e contribuições de melhoria.
- C) A contribuição de melhoria pode ser cobrada para custear obras ou serviços públicos.
- D) Os emolumentos cobrados pelos tabeliães e registradores não têm natureza tributária.
- E) As taxas têm como fato gerador o exercício regular do poder de polícia ou a utilização de bem ou de serviço público específico e divisível.

QUESTÃO 22 – Assinale a alternativa correta quanto à legislação tributária.

- A) As medidas provisórias não têm o condão de instituir ou majorar tributos.
- B) A jurisprudência do STF reconhece a superioridade hierárquica das leis complementares frente às leis ordinárias, independentemente da matéria por elas regulada.
- C) Segundo o CTN, os tratados internacionais devem ser observados pelas leis supervenientes.
- D) O princípio da legalidade tributária pode ser regulado por lei ordinária, dada a inexistência de reserva de lei complementar sobre tal matéria.
- E) À luz da definição adotada pelo CTN, as práticas reiteradamente observadas pelas autoridades administrativas não integram a legislação tributária.

QUESTÃO 23 – Assinale a alternativa correta quanto à legislação tributária.

- A) Segundo o CTN, a lei aplica-se a ato ou fato pretérito quando seja expressamente interpretativa, sem prejuízo da aplicação de penalidades à infração dos dispositivos interpretados.
- B) Caso, durante a tramitação do processo administrativo, entre em vigor lei reduzindo o percentual de multa que foi aplicada ao contribuinte, ele terá direito à redução de tal penalidade pecuniária.
- C) A legislação tributária aplica-se imediatamente aos fatos geradores futuros, mas não àqueles cuja ocorrência, embora tenha se iniciado, ainda não tenha se concluído.
- D) Segundo o CTN, a observância dos atos normativos expedidos pelas autoridades administrativas exclui a cobrança de eventuais diferenças relativas à obrigação principal, bem como a imposição de penalidades.
- E) Decretos podem estabelecer hipóteses de redução de penalidades tributárias.

QUESTÃO 24 – Assinale a alternativa correta quanto à interpretação e à integração da legislação tributária.

- A) Não se admite o emprego da analogia para se colmatar lacunas da legislação tributária.
- B) O emprego da equidade pode resultar na dispensa do pagamento de tributo previsto em lei.
- C) O legislador tributário tem autonomia para alterar o conteúdo de conceitos de direito privado, mesmo que utilizados pela Constituição da República para definir competências tributárias.
- D) Segundo preceitua o CTN, a legislação tributária que disponha sobre a outorga de isenções deve ser interpretada literalmente.
- E) Em caso de dúvida quanto à capitulação legal de infrações tributárias, a autoridade lançadora deve adotar uma interpretação *pro fisco*, aplicando a sanção mais gravosa ao contribuinte.

QUESTÃO 25 – Assinale a alternativa INCORRETA quanto à solidariedade tributária.

- A) Os coproprietários de imóveis respondem solidariamente pelos débitos do IPTU.
- B) Salvo disposição de lei em contrário, o pagamento efetuado por um dos obrigados solidários aproveita aos demais.
- C) Segundo a jurisprudência do STF, a lei ordinária pode estabelecer hipótese geral de responsabilidade tributária dos sócios pelos débitos da empresa.
- D) A solidariedade não comporta benefício de ordem.
- E) A interrupção da prescrição contra um dos obrigados prejudica aos demais.

QUESTÃO 26 – Sobre sujeição passiva tributária, assinale a alternativa correta.

- A) A atribuição, por lei, de responsabilidade tributária à terceira pessoa prescinde da sua vinculação ao fato gerador da respectiva obrigação.
- B) A definição de responsável, consagrada pelo CTN, abrange a categoria do substituto tributário.
- C) Sujeito passivo da obrigação tributária é a pessoa jurídica de direito público titular da competência para exigir o seu cumprimento.
- D) A capacidade tributária passiva depende de estar a pessoa jurídica regularmente constituída.
- E) Disposição contratual que atribua ao locatário a obrigação de pagar o IPTU é oponível à Fazenda Pública.

QUESTÃO 27 – Assinale a alternativa correta quanto à responsabilidade dos sucessores.

- A) Os sucessores não respondem por créditos tributários constituídos posteriormente ao ato que ensejou a sucessão, mesmo que relativos a obrigações tributárias pretéritas a tal ato.
- B) No caso de arrematação de imóvel em hasta pública, o arrematante responderá pelo IPTU não pago, salvo se previsão diversa constar do edital.
- C) A aquisição de filial, no âmbito de processo de recuperação judicial, implica, em regra, a responsabilização tributária do adquirente, na qualidade de sucessor.
- D) Segundo a jurisprudência predominante, a responsabilização pela aquisição de estabelecimento pressupõe a existência de negócio jurídico formal.
- E) Se, após a extinção de certa empresa, sócio da pessoa jurídica extinta continuar a explorar a respectiva atividade sob outra razão social, ele responderá pelos débitos tributários inadimplidos.

QUESTÃO 28 – Assinale a alternativa correta quanto à responsabilidade de terceiros.

- A) Segundo a jurisprudência do STJ, a dissolução irregular da empresa, caracterizada pelo encerramento informal das suas atividades sem o recolhimento dos tributos devidos, implica a responsabilidade tributária dos sócios-gerentes.
- B) A solicitação de baixa formal de pessoa jurídica com débitos tributários não importa a responsabilidade solidária dos sócios.
- C) Segundo a dicção do CTN, a responsabilidade dos sócios, em razão da liquidação da sociedade de pessoas, abrange as multas decorrentes do descumprimento de obrigações acessórias.
- D) A decretação de falência legitima o redirecionamento da execução fiscal para os sócios-gerentes.
- E) O inadimplemento do ISS enseja, por si só, a responsabilização dos sócios-gerentes.

QUESTÃO 29 – Assinale a alternativa correta quanto à substituição tributária.

- A) Na substituição tributária “para frente”, o substituído não tem direito à compensação ou à restituição da diferença, mesmo que a base de cálculo efetiva da operação seja inferior à presumida.
- B) A substituição tributária “para trás” é aquela em que sujeito passivo responde por obrigação tributária que caberia à pessoa situada em etapa antecedente da cadeia econômica.
- C) O STF reputa inconstitucional a substituição tributária progressiva, por caracterizar tributação antecipada de operação meramente presumida.
- D) O termo “substituto” costuma ser utilizado para designar o responsável tributário por sucessão.
- E) Inexiste autorização constitucional específica para a adoção da substituição tributária para frente.

QUESTÃO 30 – Assinale a alternativa correta quanto à responsabilidade por infrações.

- A) Pressupõe a demonstração, pelo Fisco, da intenção do agente ou do responsável.
- B) É pessoal a responsabilidade do administrador de bens de terceiros por infrações que decorram direta e exclusivamente de dolo específico daquele contra estes.
- C) Caso o contribuinte espontaneamente confesse, em dado momento, a infração cometida e posteriormente recolha o tributo devido e os juros de mora, restará afastada a responsabilidade pelas infrações cometidas.
- D) A confissão da dívida, acompanhada do pagamento da primeira parcela do parcelamento, afasta a responsabilidade pelas infrações cometidas.
- E) A denúncia espontânea não afasta a multa moratória.

QUESTÃO 31 – Assinale a alternativa INCORRETA quanto ao lançamento tributário.

- A) Tributo sujeito a lançamento por homologação, regularmente declarado, mas não pago pelo contribuinte, deve ser objeto de lançamento de ofício para que se viabilize a ulterior inscrição em dívida ativa.
- B) Segundo o CTN, compete privativamente à autoridade administrativa constituir o crédito tributário pelo lançamento, sendo que a obrigação tributária surge anteriormente, com a mera ocorrência do fato gerador.
- C) A modificação nos critérios jurídicos adotados pela autoridade administrativa no exercício do lançamento não pode ser aplicada a um mesmo sujeito passivo, quanto a fato gerador ocorrido anteriormente à sua introdução.
- D) O lançamento regularmente notificado ao sujeito passivo pode ser alterado por iniciativa de ofício da autoridade administrativa, quando se comprove omissão, pela autoridade lançadora, de ato ou formalidade especial.
- E) Em se tratando de lançamento realizado com base na declaração do contribuinte, a retificação da declaração por sua própria iniciativa, que implique redução ou exclusão de obrigação tributária objeto do lançamento regularmente notificado ao sujeito passivo, pressupõe a comprovação do erro.

QUESTÃO 32 – Assinale a alternativa INCORRETA quanto à suspensão da exigibilidade do crédito tributário.

- A) O crédito tributário não é suspenso pelo depósito do valor que o contribuinte entende devido, senão pela integralidade do valor exigido pelo Fisco.
- B) A suspensão da exigibilidade do crédito tributário não dispensa o cumprimento das correlatas obrigações acessórias.
- C) Os recursos administrativos suspendem a exigibilidade do crédito tributário, nos termos das leis reguladoras do respectivo processo administrativo.
- D) O caucionamento do crédito tributário, com vistas à expedição de certidão positiva com efeitos de negativa, implica a suspensão da exigibilidade do crédito tributário.
- E) A penhora de bens, no âmbito do processo de execução fiscal, não suspende a exigibilidade do crédito tributário.

QUESTÃO 33 – Assinale a alternativa INCORRETA quanto à decadência e à prescrição em matéria tributária.

- A) Se o contribuinte declarou e recolheu apenas parcela do ISS efetivamente devido, o prazo para a Administração Tributária efetuar o lançamento de ofício da diferença conta-se do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado.
- B) O pedido administrativo de compensação ou de restituição não interrompe o prazo para a ação de repetição do indébito.
- C) O parcelamento interrompe o prazo para a cobrança do crédito tributário.
- D) O prazo decadencial pode ser interrompido mediante a anulação, por vício formal, do lançamento anteriormente efetuado.
- E) É de dois anos o prazo prescricional para se ingressar com a ação anulatória da decisão administrativa que denegar a restituição de tributo.

QUESTÃO 34 – Assinale a assertiva correta quanto às garantias e privilégios do crédito tributário.

- A) O crédito tributário prefere ao crédito decorrente da legislação do acidente de trabalho.
- B) A presunção de fraude na alienação ou na oneração de bens imóveis pressupõe que o crédito tributário tenha sido previamente averbado no Registro de Imóveis, de modo a se tutelar terceiros de boa-fé.
- C) Na falência, o crédito trabalhista prefere ao crédito tributário independentemente do seu valor.
- D) A existência de débitos parcelados impede a concessão de recuperação judicial.
- E) Na falência, o crédito tributário não prefere aos créditos com garantia real, no limite do valor do bem gravado.

QUESTÃO 35 – Assinale a alternativa INCORRETA quanto à administração tributária.

- A) Os comprovantes de lançamentos efetuados nos livros obrigatórios de escrituração fiscal devem ser conservados até que ocorra a prescrição dos créditos tributários decorrentes das operações correlatas.
- B) Segundo entendimento do STF, estão sujeitos à fiscalização tributária ou previdenciária quaisquer livros comerciais, limitado o exame aos pontos objeto da investigação.
- C) Aplicam-se, à fiscalização tributária, as disposições legais que excluem ou limitam o direito de examinar mercadorias, livros, arquivos e documentos.
- D) Segundo a jurisprudência do STF, os fiscais de tributos não podem ingressar nas empresas se houver recusa dos seus representantes, sendo que, em tal hipótese, deve-se solicitar autorização judicial para a requisição de força policial, sob pena de se ensejar o reconhecimento da ilicitude das provas obtidas.
- E) A Administração Tributária pode requisitar informações bancárias diretamente às instituições financeiras, sem prévia autorização judicial.

QUESTÃO 36 – Assinale a alternativa INCORRETA quanto ao Simples Nacional.

- A) No caso de início de atividade, o limite para a opção pelo Simples Nacional será proporcional ao número de meses em que a microempresa ou a empresa de pequeno porte houver exercido atividade, inclusive as frações de meses.
- B) A empresa de pequeno porte que, no ano-calendário, exceder em até 25% o limite de receita bruta anual será excluída do regime especial de tributação no ano-calendário subsequente à ocorrência do excesso.
- C) Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado previsto na LC nº 123/2006, para nenhum efeito legal, a pessoa jurídica de cujo capital participe outra pessoa jurídica.
- D) Sociedades por ações não podem optar pelo Simples Nacional.
- E) Podem optar pelo Simples Nacional pessoas jurídicas de cujo capital participe pessoa física que seja sócia de outra empresa optante do Simples Nacional, salvo quando a receita bruta global ultrapassar o limite legal.

QUESTÃO 37 – Assinale a alternativa correta quanto ao Simples Nacional.

- A) Não podem optar pelo Simples Nacional empresas com receita bruta superior a R\$ 3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil reais).
- B) No Simples Nacional, o valor a pagar é calculado mediante a aplicação direta das alíquotas, previstas nos anexos da LC nº 123/2006, sobre a receita bruta auferida no mês.
- C) Devem ser segregadas, para se apurar o valor devido, as receitas sobre as quais houve retenção de ISS ou em que o ISS seja devido em valor fixo, ou seja, objeto de isenção na forma prevista na LC nº 123/2006.
- D) Sociedades de advogados não podem optar pelo Simples Nacional.
- E) As alíquotas do Simples Nacional são definidas com base na receita bruta apurada pelo regime de caixa.

QUESTÃO 38 – Assinale a alternativa INCORRETA quanto às limitações ao poder de tributar.

- A) As taxas e as contribuições de melhoria sujeitam-se ao princípio da legalidade tributária.
- B) As obrigações acessórias não estão sujeitas à reserva de lei, podendo ser instituídas por atos infra legais.
- C) Havendo autorização legal, os Municípios podem, mediante decreto, atualizar as plantas de valores venais para fins de cobrança do IPTU, contanto que a atualização não extrapole a variação do índice oficial de correção monetária.
- D) A lei que fixar a base de cálculo do IPTU deve observar a anterioridade nonagesimal e anual.
- E) Apesar de proibir que a União estabeleça isenções de tributos municipais, a Constituição da República autoriza que lei complementar, editada pelo Congresso Nacional, isente, frente ao ISS, exportações de serviços para o exterior.

QUESTÃO 39 – Assinale a alternativa correta quanto às limitações ao poder de tributar.

- A) A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) goza, segundo a jurisprudência do STF, de imunidade frente ao ISS, inclusive quanto aos serviços em que não atua em regime de monopólio, senão concorre com empresas privadas.
- B) Os Municípios podem estabelecer alíquotas mais gravosas para os serviços prestados por empresas sediadas em outros Municípios.
- C) A imunidade dos templos de qualquer culto não se estende aos cemitérios que caracterizem extensões de entidades religiosas.
- D) A União carece de competência para tributar a renda das obrigações da dívida pública dos Municípios.
- E) A imunidade das entidades de educação, sem fins lucrativos, não alcança os imóveis que estejam alugados a terceiros, sequer quando o valor dos aluguéis é aplicado para custear as suas atividades típicas.

QUESTÃO 40 – Assinale a alternativa correta quanto à repartição das receitas tributárias.

- A) A União pode condicionar a entrega de receitas tributárias atribuídas constitucionalmente aos Municípios ao pagamento de contribuições devidas, por estes, ao regime geral de previdência social.
- B) Pertence aos Municípios vinte e cinco por cento do produto da arrecadação do imposto sobre a propriedade de veículos automotores licenciados em seus territórios.
- C) Caso o Município opte, nos termos da lei, pela fiscalização e cobrança do ITR, terá direito a cinquenta por cento do produto da sua arrecadação.
- D) Pertence à União o produto da arrecadação do imposto de renda incidente sobre os rendimentos pagos pelas fundações públicas municipais aos servidores destas.
- E) Pertence aos Municípios quinze por cento do produto da arrecadação do ICMS.

CONTABILIDADE

QUESTÃO 41 – Determine o valor adicionado a distribuir de uma sociedade empresária que adquiriu mercadorias para revenda por R\$ 15.000,00, incluído neste valor o ICMS de R\$ 8.000,00, que, no mesmo período, revendeu toda a mercadoria adquirida por R\$ 29.000,00, incluído neste valor o ICMS de R\$ 7.200,00, e ainda registrou despesas com vendas de R\$ 4.000,00 e depreciação de equipamentos de R\$ 800,00.

- A) R\$ 9.200,00.
- B) R\$ 10.000,00.
- C) R\$ 10.800,00.
- D) R\$ 14.000,00.
- E) R\$ 18.000,00.

QUESTÃO 42 – Em uma operação de empréstimo que uma empresa firmou em 10 de janeiro de 2019, o valor contratado foi de R\$ 80.000,00, com prazo de pagamento de 8 meses. Foi descontado, no ato da liberação, o valor de R\$ 9.200,00, a título de juros relativos ao contrato de empréstimo. Qual será o registro contábil dessa transação no momento da concessão do empréstimo?

- | | | |
|------------|----------------------------------|---------------|
| A) DÉBITO | Bancos Conta Movimento – Ativo | R\$ 70.800,00 |
| CRÉDITO | Juros a Apropriar – Passivo | R\$ 9.200,00 |
| CRÉDITO | Empréstimos a Pagar – Passivo | R\$ 80.000,00 |
| B) CRÉDITO | Bancos Conta Movimento – Ativo | R\$ 70.800,00 |
| DÉBITO | Despesas Financeiras – Resultado | R\$ 9.200,00 |
| DÉBITO | Empréstimos a Pagar – Passivo | R\$ 80.000,00 |
| C) DÉBITO | Bancos Conta Movimento – Ativo | R\$ 70.800,00 |
| DÉBITO | Juros a Apropriar – Passivo | R\$ 9.200,00 |
| CRÉDITO | Empréstimos a Pagar – Passivo | R\$ 80.000,00 |
| D) DÉBITO | Bancos Conta Movimento – Ativo | R\$ 80.000,00 |
| CRÉDITO | Despesas Financeiras – Resultado | R\$ 9.200,00 |
| CRÉDITO | Empréstimos a Pagar – Passivo | R\$ 70.800,00 |
| E) DÉBITO | Bancos Conta Movimento – Ativo | R\$ 70.800,00 |
| DÉBITO | Despesas Financeiras – Resultado | R\$ 9.200,00 |
| CRÉDITO | Empréstimos a Pagar – Passivo | R\$ 80.000,00 |

QUESTÃO 43 – Analise as seguintes informações sobre uma sociedade que tenha sido constituída em 10 de agosto de 2019, por três sócios:

- No contrato social foi, estabelecido que cada sócio integralizará R\$ 200.000,00 até o final de 2019.
- No dia 15 de setembro de 2019, cada sócio integralizou R\$ 100.000,00.
- O sócio A integralizou a sua parcela de capital em dinheiro, por meio de depósito, diretamente na conta bancária da empresa.
- O sócio B integralizou a sua parcela com uma sala comercial.
- O sócio C integralizou a sua parcela com mercadorias para revenda.

Assinale a opção que apresenta os lançamentos para contabilização destes fatos.

A)	CRÉDITO	Capital Social a Integralizar	R\$ 600.000,00
	DÉBITO	Capital Social	R\$ 300.000,00
	DÉBITO	Bancos	R\$ 100.000,00
	DÉBITO	Ativo Imobilizado	R\$ 100.000,00
	DÉBITO	Mercadorias	R\$ 100.000,00
B)	DÉBITO	Capital Social	R\$ 300.000,00
	CRÉDITO	Caixa	R\$ 100.000,00
	CRÉDITO	Ativo Imobilizado	R\$ 100.000,00
	CRÉDITO	Mercadorias para Revenda	R\$ 100.000,00
C)	DÉBITO	Bancos conta Movimento	R\$ 100.000,00
	CRÉDITO	Capital Social	R\$ 100.000,00
	DÉBITO	Ativo Imobilizado	R\$ 100.000,00
	DÉBITO	Mercadorias para Revenda	R\$ 100.000,00
	CRÉDITO	Capital Social	R\$ 200.000,00
D)	DÉBITO	Capital Social	R\$ 600.000,00
	CRÉDITO	Capital a Integralizar	R\$ 300.000,00
	CRÉDITO	Caixa	R\$ 100.000,00
	CRÉDITO	Ativo Imobilizado	R\$ 100.000,00
	CRÉDITO	Mercadorias para Revenda	R\$ 100.000,00
E)	DÉBITO	Capital a Integralizar	R\$ 600.000,00
	CRÉDITO	Capital Subscrito Sócio A	R\$ 200.000,00
	CRÉDITO	Capital Subscrito Sócio B	R\$ 200.000,00
	CRÉDITO	Capital Subscrito Sócio B	R\$ 200.000,00
	DÉBITO	Bancos conta Movimento	R\$ 100.000,00
	CRÉDITO	Capital a Integralizar	R\$ 100.000,00
	DÉBITO	Ativo Imobilizado	R\$ 100.000,00
	DÉBITO	Mercadorias para Revenda	R\$ 100.000,00
	CRÉDITO	Capital a Integralizar	R\$ 200.000,00

QUESTÃO 44 – Analise os dados da folha de pagamento do mês de setembro de 2019 da empresa SATURNO S/A:

Descrições	Valores	Alíquotas
Salário-base do mês	R\$21.500,00	
INSS – parte da empresa		20%
INSS – parte empregados	R\$ 1.935,00	
FGTS	R\$ 120,00	8%
Vale-transporte – parte dos empregados	R\$ 1.290,00	

Sabendo que não havia saldo remanescente dos períodos anteriores e que a empresa paga os salários no quinto dia útil do mês seguinte, com base nos dados apresentados, após os lançamentos contábeis pertinentes, o saldo líquido da conta Salários a Pagar, em 30 de setembro de 2019, será de:

- A) R\$ 18.275,00.
- B) R\$ 18.395,00.
- C) R\$ 19.565,00.
- D) R\$ 20.210,00.
- E) R\$ 21.670,00.

QUESTÃO 45 – De acordo com a NBC TG 26 (R5) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, são rubricas que devem ser apresentadas na Demonstração do Resultado, por exigência da legislação societária brasileira, EXCETO:

- A) Lucro bruto.
- B) Despesas com vendas, gerais, administrativas e outras despesas e receitas operacionais.
- C) Resultado antes das receitas e despesas financeiras.
- D) Resultado antes dos tributos sobre o lucro.
- E) Tributos sobre o lucro.

QUESTÃO 46 – Para o encerramento do exercício de 2018, uma sociedade empresária apresentou o quadro abaixo, construído a partir da identificação de diversas obrigações presentes decorrentes de eventos passados, cujas probabilidades de saída de recurso foram classificadas como prováveis ou possíveis.

Natureza da Obrigação	Saída de Recurso	Mensuração	Estimativa	Provisão
Danos ambientais	Provável	Estimativas confiáveis	R\$ 75.000,00	R\$ 75.000,00
Riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	Provável	Estimativas confiáveis	R\$ 500.000,00	R\$ 500.000,00
Riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	Provável	Estimativas confiáveis	R\$ 280.000,00	R\$ 280.000,00
Garantias	Possível	Estimativas confiáveis	R\$ 99.000,00	
Riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	Provável	Inexistência de estimativas confiáveis	R\$ 40.000,00	
Danos ambientais	Provável	Estimativas confiáveis	R\$ 120.000,00	R\$ 120.000,00

De acordo com a NBC TG 25 (R2) – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, o valor de provisões a ser constituído e apresentado no Balanço Patrimonial será de:

- A) R\$ 780.000,00.
- B) R\$ 879.000,00.
- C) R\$ 975.000,00.
- D) R\$ 1.015.000,00.
- E) R\$ 1.114.000,00.

QUESTÃO 47 – Ao encerrar o mês de outubro de 2019, uma sociedade empresária apresentou o seguinte balancete de verificação:

CONTAS	SALDOS	
	DEVEDORES	CREDORES
Reservas de Lucros		R\$ 19.900,00
Receitas Financeiras		R\$ 2.660,00
Receita Bruta com Vendas de Mercadorias		R\$ 200.000,00
Moveis e Utensílios	R\$ 144.000,00	
Juros a Transcorrer de Longo Prazo	R\$ 19.800,00	
ICMS Sobre Vendas	R\$ 36.000,00	
Fornecedores		R\$ 22.200,00
Estoques de Mercadorias	R\$ 27.400,00	
Empréstimos de Longo Prazo		R\$ 56.000,00
Duplicatas a Receber	R\$ 34.200,00	
Devolução de Vendas	R\$ 990,00	
Despesas Financeiras	R\$ 1.234,00	
Despesas com Vendas	R\$ 2.300,00	
Despesas com Salários	R\$ 13.240,00	
Despesas com Depreciação	R\$ 4.300,00	
Despesas com Aluguéis	R\$ 1.800,00	
Depreciações Acumuladas		R\$ 24.500,00
Custo das Mercadorias Vendidas	R\$ 5.200,00	
Capital Social		R\$ 90.000,00
Caixa	R\$ 12.000,00	
Bancos Conta Movimento	R\$ 27.340,00	
Bancos Conta Aplicação	R\$ 85.456,00	
TOTAL	R\$ 415.260,00	R\$ 415.260,00

Com base nos dados apresentados no balancete acima, sem considerar a incidência de tributos sobre o lucro e demais incidências tributárias, o valor do lucro líquido é:

- A) R\$ 137.596,00.
- B) R\$ 137.956,00.
- C) R\$ 138.856,00.
- D) R\$ 139.820,00.
- E) R\$ 141.620,00.

QUESTÃO 48 – No primeiro dia do ano de 2017, uma empresa adquiriu um ativo, que foi registrado contabilmente por R\$ 235.000,00, com uma vida útil estimada em oito anos. Espera-se que o ativo, ao final da sua vida útil na empresa, possa ser vendido por R\$ 70.000,00. Utilizou-se o método linear para cálculo da depreciação. Supondo que não houve modificação na vida útil estimada nem no valor residual, ao final do ano de 2018, o valor contábil do ativo líquido será de:

- A) R\$ 176.250,00.
- B) R\$ 191.250,00.
- C) R\$ 193.750,00.
- D) R\$ 196.250,00.
- E) R\$ 196.750,00.

QUESTÃO 49 – De acordo com NBC TG-Estrutura Conceitual, ao avaliar se um item se enquadra na definição de ativo, passivo ou patrimônio líquido, deve-se atentar para sua essência subjacente e realidade econômica e não apenas para sua forma legal. Se no caso de um arrendamento mercantil financeiro, a essência subjacente e a realidade econômica forem de que o arrendatário adquire os benefícios econômicos do uso do ativo arrendado pela maior parte da sua vida útil, em contraprestação de aceitar a obrigação de pagar por esse direito, valor próximo do valor justo do ativo e o respectivo encargo financeiro, esta operação dará origem a itens que satisfazem a definição de:

- A) Ativos a serem reconhecidos no balanço patrimonial do arrendatário.
- B) Passivos a serem reconhecidos no balanço patrimonial do arrendatário.
- C) Ativo e Passivo a serem reconhecidos no balanço patrimonial do arrendatário.
- D) Passivo e despesas a serem reconhecidos no balanço patrimonial do arrendatário.
- E) Ativo e Passivo a serem reconhecidos no balanço patrimonial do arrendador.

QUESTÃO 50 – No Balanço Patrimonial do ano de 2018, a empresa Jupiter apresentou em seu Passivo Circulante o valor de R\$ 700.000,00 a título de Dividendos Propostos. No mesmo exercício, o Lucro apurado foi de R\$ 2.800.000,00. Sabe-se que a empresa Marte participa do capital da empresa Jupiter com um percentual de 20% e que apresenta no Ativo Não Circulante essa participação, classificada como Investimento avaliado pelo método de custo, por ser a forma adequada de classificação.

O registro contábil desta mutação patrimonial na investidora Marte, será:

A) CRÉDITO	DIVIDENDOS A PAGAR	R\$ 140.000,00
DÉBITO	DESPEAS COM DIVIDENDOS	R\$ 140.000,00
B) DÉBITO	DIVIDENDOS A RECEBER	R\$ 140.000,00
CRÉDITO	RECEITAS DE DIVIDENDOS	R\$ 140.000,00
C) DÉBITO	DIVIDENDOS A RECEBER	R\$ 140.000,00
DÉBITO	INVESTIMENTOS	R\$ 400.000,00
CRÉDITO	GANHO COM EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	R\$ 540.000,00
D) DÉBITO	DIVIDENDOS A RECEBER	R\$ 140.000,00
CRÉDITO	INVESTIMENTOS	R\$ 140.000,00
E) DÉBITO	DIVIDENDOS PROPOSTOS A RECEBER	R\$ 140.000,00
DÉBITO	INVESTIMENTO	R\$ 300.000,00
CRÉDITO	GANHO POR EQUIVALÊNCIA PATRIMÔNIAL	R\$ 440.000,00

QUESTÃO 51 – Na data de 01 de dezembro de 2019, foi constituída a sociedade empresária PRIMAVERA, com capital de R\$ 500.000,00, totalmente integralizado em moeda corrente nesta data, por meio de depósito em conta corrente. Nos meses seguintes, foram realizadas as seguintes operações:

Data	Transação	Valor
10/12/2019	Compra de terreno à vista, para investimento	R\$ 80.000,00
15/12/2019	Aquisição de mercadoria para revenda com prazo de pagamento de 45 dias	R\$ 70.000,00
18/12/2019	Venda de 40% das mercadorias adquiridas, a prazo, com prazo para recebimento de 30 dias	R\$ 80.000,00
31/12/2019	Compra de veículo à vista para utilização na atividade da empresa	R\$ 50.000,00

Sabendo que não há incidência de tributos e que não haverá distribuição de lucros após o registro das transações ocorridas, é correto afirmar, quanto aos saldos de 31/12/2019, que:

- A) O Ativo Circulante é de R\$ 492.000,00 e o Lucro do período foi de R\$ 52.000,00.
 B) O Ativo Imobilizado é de R\$ 130.000,00 e o Lucro do período foi de R\$ 52.000,00.
 C) O Ativo Imobilizado é de R\$ 50.000,00 e o Lucro do período foi de R\$ 42.000,00.
 D) O Ativo Circulante é de R\$ 492.000,00 e o Lucro do período foi de R\$ 42.000,00.
 E) O Patrimônio Líquido é de R\$ 502.000,00 e o Ativo Imobilizado é de R\$ 130.000,00.

QUESTÃO 52 – Analise os dados abaixo para elaboração da Demonstração dos Fluxos de Caixa de uma empresa:

	Saldo Anterior	Débito	Crédito	Saldo Atual
Caixa e Equivalentes de Caixa	R\$ 45.000,00	R\$ 180.000,00	R\$ 160.000,00	R\$ 65.000,00
Duplicatas a Receber	R\$ 30.000,00	R\$ 280.000,00	R\$ 190.000,00	R\$ 120.000,00
Estoque	R\$ 28.000,00	R\$ 98.000,00	R\$ 74.000,00	R\$ 52.000,00
Investimentos	R\$ 300.000,00	R\$ 40.000,00		R\$ 340.000,00
Imobilizado	R\$ 120.000,00	R\$ 60.000,00	R\$ 19.000,00	R\$ 161.000,00
Total Ativo	R\$ 523.000,00	R\$ 658.000,00	R\$ 443.000,00	R\$ 738.000,00
Salários e Encargos a Pagar	R\$ 30.000,00	R\$ 40.000,00	R\$ 20.000,00	R\$ 10.000,00
Fornecedores	R\$ 20.000,00	R\$ 85.000,00	R\$ 70.000,00	R\$ 5.000,00
Distribuição de Lucros a Pagar			R\$ 50.000,00	R\$ 50.000,00
Financiamentos a Longo Prazo			R\$ 200.000,00	R\$ 200.000,00
Capital Social	R\$ 473.000,00			R\$ 473.000,00
Lucro do Exercício			R\$ 50.000,00	R\$ 0,00
Total Passivo e Patrimônio Líquido	R\$ 523.000,00	R\$ 125.000,00	R\$ 340.000,00	R\$ 738.000,00

Sabendo que a variação em Duplicatas a Receber decorreu de vendas a prazo e recebimentos, que os investimentos são avaliados pelo método de custo, que a variação no imobilizado no período decorreu de aquisições e depreciação e que o financiamento foi contratado no último dia do período, é possível afirmar que o caixa consumido nas atividades operacionais, apurado na Demonstração dos Fluxos de Caixa, elaborada pelo método indireto, é de:

- A) R\$ 20.000,00.
 B) R\$ 72.000,00.
 C) R\$ 80.000,00.
 D) R\$ 90.000,00.
 E) R\$ 100.000,00.

QUESTÃO 53 – Os valores a seguir são os saldos iniciais das contas do Patrimônio Líquido da empresa Vênus, para o ano de 2018:

Capital Subscrito	R\$ 300.000,00
Capital Integralizado	R\$ 220.000,00
Reserva para Contingências	R\$ 9.000,00
Reserva Legal	R\$ 12.000,00

Sabendo que, durante o ano de 2018, houve a integralização de capital social no valor de R\$ 90.000,00 e que o lucro apurado no período foi de R\$ 90.000,00, calcule o valor do Patrimônio Líquido após as seguintes destinações do resultado:

- 5% para Reserva Legal.
- 6% para Reserva para Contingências.
- O restante para Dividendos a Pagar.

O valor total do Patrimônio Líquido, ao final do ano de 2018, é de:

- A) R\$ 200.900,00.
- B) R\$ 340.000,00.
- C) R\$ 340.900,00.
- D) R\$ 344.900,00.
- E) R\$ 420.900,00.

QUESTÃO 54 – Fazem parte da Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL), de acordo com a NBC TG 26 (R5) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, as informações para cada componente do patrimônio líquido, sobre a conciliação do saldo no início e no final do período, demonstrando-se separadamente, no mínimo, as mutações decorrentes:

- I. Do resultado líquido.
- II. De cada item dos outros resultados abrangentes.
- III. De transações com os proprietários, realizadas na condição de proprietário, demonstrando separadamente suas integralizações e as distribuições realizadas, bem como modificações nas participações em controladas que não implicaram perda do controle.
- IV. Da base para a elaboração das demonstrações contábeis e das políticas contábeis.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I.
- B) Apenas I e IV.
- C) Apenas II e III.
- D) Apenas I, II e III.
- E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 55 – Em relação ao conteúdo do Balanço Patrimonial, de acordo com a NBC TG 26 (R5) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, NÃO deve ser classificado como Ativo Circulante aquele que:

- A) Se espera que seja realizado após o decurso normal do ciclo operacional da entidade.
- B) Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado.
- C) Se espera que seja realizado até doze meses após a data do balanço.
- D) É caixa ou equivalente de caixa, a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante, pelo menos, doze meses após a data do balanço.
- E) Se pretende que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade.

QUESTÃO 56 – Analise a evolução dos seguintes índices de Endividamento, Liquidez e Imobilização de uma entidade nos anos de 2016 a 2018:

	2016	2017	2018
Endividamento	28%	66%	98%
Imobilização	0,76	1,22	1,35
Liquidez Geral	1,89	1,78	1,67
Liquidez Corrente	0,85	0,92	0,99

Com base nas informações abaixo, é INCORRETO afirmar que, ao longo do período de 2016 a 2018, ocorreu uma:

- A) Piora no índice de Imobilização.
- B) Melhora no índice de Liquidez Geral.
- C) Melhora no índice de Liquidez Corrente.
- D) Piora no índice de Endividamento.
- E) Piora no índice de Liquidez Geral.

QUESTÃO 57 – Considerando o que dispõe a NBC – TG Estrutura Conceitual, a respeito da sua finalidade e status, analise as assertivas abaixo e assinale V, se verdadeiras, ou F, se falsas.

- () Estrutura Conceitual não é uma norma propriamente dita e, portanto, não define normas ou procedimentos para qualquer questão particular sobre aspectos de mensuração ou divulgação.
- () Nada na Estrutura Conceitual substitui qualquer norma, interpretação ou comunicado técnico.
- () É finalidade da Estrutura Conceitual dar suporte aos órgãos reguladores nacionais.
- () Não é finalidade da Estrutura Conceitual dar suporte ao desenvolvimento de novas normas, interpretações e comunicados técnicos e à revisão dos já existentes.

A ordem correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é:

- A) F – F – F – V.
- B) F – F – V – V.
- C) V – V – F – F.
- D) V – V – V – F.
- E) V – V – V – V.

QUESTÃO 58 – De acordo com as normas contábeis atualmente em vigor no Brasil, especificamente a ITG 2000 (R1) – Escrituração Contábil, retificação de lançamento é o processo técnico de correção de registro realizado com erro na escrituração contábil da entidade e pode ser feito por meio de:

- I. Estorno.
- II. Ajuste.
- III. Transferência.
- IV. Complementação.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I.
- B) Apenas I e IV.
- C) Apenas II e III.
- D) Apenas I, III e IV.
- E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 59 – De acordo com a Estrutura Conceitual, uma característica essencial para a existência de passivo é que a entidade tenha uma obrigação presente. Assinale a alternativa que NÃO representa um meio pelo qual pode ocorrer a liquidação de uma obrigação presente.

- A) Pagamento em caixa.
- B) Decisão da administração de uma entidade para adquirir ativos no futuro.
- C) Prestação de serviços.
- D) Substituição da obrigação por outra.
- E) Conversão da obrigação em item do patrimônio líquido.

QUESTÃO 60 – A mensuração é o processo que consiste em determinar os montantes monetários por meio dos quais os elementos das demonstrações contábeis devem ser reconhecidos e apresentados no balanço patrimonial e na demonstração do resultado. Associe o método de mensuração dos ativos à sua denominação.

Coluna 1

1. Custo histórico.
2. Custo corrente.
3. Valor realizável.
4. Valor presente.

Coluna 2

- () Os ativos são mantidos pelo valor presente, descontado, dos fluxos futuros de entradas líquidas de caixa que se espera seja gerado pelo item no curso normal das operações.
- () Os ativos são registrados pelos montantes pagos em caixa ou equivalentes de caixa ou pelo valor justo dos recursos entregues para adquiri-los na data da aquisição.
- () Os ativos são mantidos pelos montantes em caixa ou equivalentes de caixa que poderiam ser obtidos pela sua venda em forma ordenada.
- () Os ativos são mantidos pelos montantes em caixa ou equivalentes de caixa que teriam de ser pagos se esses mesmos ativos, ou ativos equivalentes, fossem adquiridos na data do balanço.

A ordem correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é:

- A) 4 – 3 – 1 – 2.
- B) 3 – 4 – 1 – 2.
- C) 1 – 4 – 2 – 3.
- D) 4 – 1 – 3 – 2.
- E) 4 – 1 – 2 – 3.

LEGISLAÇÃO MUNICIPAL E LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA MUNICIPAL

QUESTÃO 61 – A Lei Complementar Federal nº 116/2003 define que o fato gerador do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) é a prestação de serviços constantes na lista anexa, ainda que esses não se constituam na atividade preponderante do prestador. Contudo, essa mesma lei apresenta os casos de não incidência. Nesse sentido, analise as assertivas abaixo e assinale a alternativa correta, tendo por base que o imposto NÃO incide sobre:

- I. O valor intermediado no mercado de títulos e valores mobiliários, o valor dos depósitos bancários, o principal, juros e acréscimos moratórios relativos a operações de crédito realizadas por instituições financeiras.
- II. As exportações de serviços para o exterior do País, exceto quanto aos serviços desenvolvidos no Brasil, cujo resultado aqui se verifique, ainda que o pagamento seja feito por residente no exterior.
- III. Os serviços prestados mediante a utilização de bens e serviços públicos explorados economicamente mediante autorização, permissão ou concessão, com o pagamento de tarifa, preço ou pedágio pelo usuário final do serviço.
- IV. A prestação de serviços em relação de emprego, dos trabalhadores avulsos, dos diretores e membros de conselho consultivo ou de conselho fiscal de sociedades e fundações, bem como dos sócios-gerentes e dos gerentes-delegados.

- A) Todas estão corretas.
- B) Todas estão incorretas.
- C) Apenas I e II estão corretas.
- D) Apenas II e IV estão corretas.
- E) Apenas I, II e IV estão corretas.

QUESTÃO 62 – Assinale a alternativa INCORRETA quanto à regra geral do ISSQN, sabendo que ele é devido no local do estabelecimento prestador ou, na falta do estabelecimento, no local do domicílio do prestador, exceto nas seguintes hipóteses, quando será devido no local:

- A) Do estabelecimento do tomador de mão de obra ou, na falta de estabelecimento, onde ele estiver domiciliado, no caso dos serviços descritos pelo subitem 17.05 da lista anexa.
- B) Do estabelecimento do tomador ou intermediário do serviço ou, na falta de estabelecimento, onde ele estiver domiciliado na hipótese de o município fixar alíquota superior a 5% (cinco por cento).
- C) Do domicílio do tomador dos serviços descritos nos subitens 4.22, 4.23 e 5.09.
- D) Do domicílio do tomador do serviço no caso dos serviços prestados pelas administradoras de cartão de crédito ou débito e demais serviços descritos no subitem 15.01, sendo que os terminais eletrônicos ou as máquinas das operações efetivadas deverão ser registrados no local de domicílio do tomador do serviço.
- E) Do município declarado como domicílio tributário da pessoa jurídica ou física tomadora do serviço, conforme informação prestada por este, no caso dos serviços descritos nos subitens 10.04 e 15.09.

QUESTÃO 63 – A Lei Complementar Municipal nº 07/1973 prescreve que a existência de estabelecimento prestador, para fins do ISSQN, é indicada pela presença de um ou mais de alguns elementos. Dessa forma, analise as assertivas a abaixo e assinale a alternativa correta.

- I. Inscrição nos órgãos previdenciários.
 - II. Estrutura organizacional ou administrativa.
 - III. Indicação como domicílio fiscal para efeito de outros tributos.
 - IV. Manutenção de pessoal, material, máquinas, instrumentos e equipamentos necessários à execução dos serviços.
 - V. Permanência ou ânimo de permanecer no local, para a exploração econômica de atividade de prestação de serviços, exteriorizada por meio de indicação de endereço em impressos, formulários ou correspondência, contrato de locação de imóvel, propaganda ou publicidade, ou em contas telefônicas, de energia elétrica ou de água, em nome do prestador, seu representante ou preposto.
- A) Todas estão corretas.
 - B) Todas estão incorretas.
 - C) Apenas I, II, III e IV estão corretas.
 - D) Apenas I, III, IV e V estão corretas.
 - E) Apenas I, III e IV estão corretas.

QUESTÃO 64 – Analise as assertivas abaixo, assinalando V, se verdadeiras, ou F, se falsas, quanto a quem será solidariamente responsável com o contribuinte pelo recolhimento integral do ISSQN.

- () O tomador de serviço que não revista a condição de pessoa jurídica, pelos serviços de vigilância, segurança ou monitoramento de bens, sempre que prestados por pessoa jurídica sediada fora do município de Porto Alegre sem a comprovação do pagamento do imposto devido.
- () O tomador de qualquer serviço tributado em Porto Alegre, prestado por pessoa física sem o fornecimento do respectivo documento fiscal.
- () O tomador de serviços de cessão de andaimes, sempre que prestado por pessoa jurídica sediada em Porto Alegre, sem a comprovação do pagamento do imposto devido.
- () A entidade proprietária da casa de espetáculos, quando o promotor do espetáculo não tiver inscrição no Cadastro Fiscal da Secretaria Municipal da Fazenda ou não houver solicitado a liberação prévia do evento.
- () O tomador de serviços de fornecimento de mão de obra, sempre que prestado por pessoa jurídica sediada em Porto Alegre, sem a comprovação do pagamento do imposto devido.

A ordem correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é:

- A) V – F – V – F – F.
- B) F – V – F – V – V.
- C) V – F – V – V – V.
- D) F – V – V – F – V.
- E) V – V – F – F – F.

QUESTÃO 65 – A Lei Complementar Municipal nº 07/1973, no que diz respeito ao ISSQN, determina a base de cálculo e alíquota aplicáveis aos serviços da lista anexa. Sendo assim, analise as assertivas abaixo, assinalando V, se verdadeiras, ou F, se falsas.

- () Quando se tratar de serviços prestados por contribuintes, com enquadramento em mais de uma alíquota, será adotada a de maior valor, salvo quando o contribuinte discriminar a sua receita bruta de forma a possibilitar o cálculo pelas alíquotas em que se enquadrar.
- () Nos serviços de planos de saúde, previstos no item 4.23, a base de cálculo é o montante da receita bruta, deduzidos os valores repassados para médicos, hospitais, clínicas e laboratórios, desde que a dedução ocorra por tomador domiciliado em Porto Alegre e seja observado o limite mínimo de 2% (dois por cento) de que trata o art. 21-A. A alíquota é de 2%.
- () Nos serviços prestados por sociedade de advogados, regularmente inscrita na OAB, o cálculo do imposto será em função da Unidade Financeira Municipal (UFM), calculado em relação a cada profissional habilitado, sócio, empregado ou não, que preste serviços em nome da sociedade, embora assumindo responsabilidade pessoal, nos termos da lei aplicável.
- () Nos serviços de exploração de rodovia mediante cobrança de preço ou pedágio dos usuários, o imposto é calculado sobre a parcela do preço correspondente à proporção direta da parcela da extensão da rodovia explorada no território do município de Porto Alegre, ou da metade da extensão de ponte que une este município a outro. A base de cálculo é reduzida em 40% de seu valor quando não houver posto de cobrança de pedágio em Porto Alegre.
- () Não integra o preço do serviço o valor cobrado pelas mercadorias e materiais empregados em sua prestação, ressalvadas as hipóteses expressamente previstas em lei.

A ordem correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é:

- A) F – F – F – F – V.
- B) V – F – V – F – V.
- C) F – V – F – F – F.
- D) V – F – V – V – F.
- E) F – V – V – V – F.

QUESTÃO 66 – Com base nos § 2º, 3º e 4º do Art. 20 da Lei Complementar Municipal nº 07/1973, há possibilidade de tributação do ISSQN em qual das seguintes situações?

- A) Uma sociedade formada por dois Administradores, com seis empregados, tendo por objeto social a consultoria e assessoria em gestão empresarial.
- B) Uma sociedade formada por um Administrador, um Advogado e um Contador, com o objeto social de prestação de serviços de auditoria contábil, assessoria de marketing e fornecimento de mão de obra em caráter temporário.
- C) Uma sociedade com o objeto social de desenvolvimento de software, formada por um profissional graduado em Ciências da Computação e um profissional de Relações Públicas.
- D) Uma sociedade formada por dois Contadores, cujo objeto social seja a assessoria e consultoria em gestão financeira, desenvolvimento de sistemas e comercialização de software.
- E) Uma sociedade formada por dois profissionais de Educação Física, cujo objeto social é a assessoria esportiva.

QUESTÃO 67 – Quanto ao instituto da substituição tributária do ISSQN, regulado pela Lei Complementar Municipal nº 306/1993, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) As companhias de aviação são responsáveis pelo pagamento do ISSQN incidente sobre as comissões pagas às agências e operadoras turísticas relativas às vendas de passagens aéreas.
- B) As empresas seguradoras são responsáveis pelo pagamento do ISSQN devido sobre serviços de qualquer natureza, quando for pagadora ou tomadora do serviço.
- C) As empresas e entidades que exploram loterias e outros jogos, inclusive apostas, são responsáveis pelo pagamento do ISSQN devido sobre as comissões pagas aos seus agentes, revendedores ou concessionários.
- D) Nos casos de não ocorrência de retenção, previstos em regulamento, caberá ao contribuinte o recolhimento do imposto devido nos prazos constantes na legislação vigente.
- E) A responsabilidade tributária será satisfeita mediante o pagamento do crédito tributário devido, acrescido, quando cabível, dos ônus legais, somente se tiver sido efetuada a retenção do imposto.

QUESTÃO 68 – A Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFSE) foi instituída em Porto Alegre em 2012, pela Lei Complementar Municipal nº 687, sendo regulamentada pelo Decreto nº 18.334/2013 e com acesso ao ambiente eletrônico disciplinado pela Instrução Normativa SMF nº 09/2014. Quanto à NFSE, assinale a alternativa correta.

- A) Quando se tratar de deduções nas prestações dos serviços referidos nos subitens 7.02 e 7.05, da lista anexa à Lei Complementar nº 07, de 1973, estas deverão ser informadas no campo "Valor das Deduções".
- B) Quando os estabelecimentos emitentes da NFSE não exibirem, em suas dependências, cartaz informando sobre o dever de emissão da NFSE por ocasião da prestação de serviço, ficarão sujeitos à penalidade de 118 UFMs.
- C) A NFSE somente poderá ser cancelada por meio do Sistema da NFSE no caso de o serviço não ter sido prestado ou houver erro ou duplicidade na emissão do documento fiscal.
- D) Ficam obrigados a emitir a NFSE todos os prestadores dos serviços constantes na Lista de Serviços anexa à Lei Complementar nº 07/1973 que obtenham receita anual com a prestação de serviços sujeita à incidência do ISSQN em valor igual ou superior a R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais).
- E) Os contribuintes sujeitos à emissão da NFSE ficam desobrigados de fornecer documento impresso com os registros da prestação de serviços constantes da NFSE.

QUESTÃO 69 – O Decreto nº 16.228/2009, ao regulamentar dispositivos da Lei Complementar Municipal nº 306/1993, instituiu o Cadastro de Empresas Prestadoras de Serviços de outros Municípios (CPOM). A respeito desse assunto e da respectiva substituição tributária dele decorrente, analise as assertivas abaixo e assinale a alternativa correta.

- I. Toda pessoa jurídica que preste serviço no Município de Porto Alegre e emita documento fiscal autorizado por outro município deverá fornecer informações à Secretaria Municipal da Fazenda, conforme estabelecido em regulamento, exceto, entre outras, as operações relativas aos serviços de escolta, inclusive de veículos e cargas.
 - II. Toda pessoa jurídica que preste serviço no Município de Porto Alegre e emita documento fiscal autorizado por outro município deverá fornecer informações à Secretaria Municipal da Fazenda, conforme estabelecido em regulamento, exceto, entre outras, as operações relativas aos serviços de produção de eventos ou espetáculos.
 - III. O indeferimento do pedido de inscrição no CPOM, qualquer que seja o seu fundamento, poderá ser objeto de recurso, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contado da data da publicação no Diário Oficial do Município de Porto Alegre.
 - IV. No interesse da eficiência administrativa da arrecadação e fiscalização tributária, o Poder Executivo poderá excluir da obrigação de inscrição no CPOM determinados grupos ou categorias de contribuintes, conforme sua localização, receita bruta ou atividade.
 - V. As pessoas jurídicas estabelecidas no Município de Porto Alegre, exceto as imunes ou isentas, são responsáveis pelo pagamento do ISSQN, devendo reter na fonte o seu valor, quando tomarem serviços previstos de prestadores de serviços não inscritos no CPOM e que emitam nota fiscal de serviço autorizada por outro município.
- A) Todas estão corretas.
 - B) Todas estão incorretas.
 - C) Apenas I, II, III e IV estão corretas.
 - D) Apenas I, III, IV e V estão corretas.
 - E) Apenas I, III e IV estão corretas.

QUESTÃO 70 – A Lei Complementar Municipal nº 07/1973 instituiu o Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) em Porto Alegre. A respeito do IPTU, analise as assertivas abaixo, assinalando V, se verdadeiras, ou F, se falsas.

- () É fato gerador do IPTU a propriedade, o domínio útil ou a posse do bem imóvel por natureza ou por acessão física, como definido na lei civil, localizado na zona urbana de Porto Alegre.
- () O preço do metro quadrado do terreno será fixado levando-se em consideração, entre outros fatores, os preços relativos às últimas transações imobiliárias deduzidas as parcelas correspondentes às construções.
- () O preço do metro quadrado de cada tipo de construção será fixado levando-se em consideração, entre outros fatores, os valores estabelecidos em contratos de construção realizados no ano anterior.
- () A aprovação de unificação ou parcelamento de terras e a liberação da Carta de Habitação para as edificações referentes a condomínios edilícios não são condicionadas à quitação total de débitos relativos ao imóvel.
- () Fica facultado à Administração Fazendária efetuar lançamentos inferiores a 200 (duzentas) UFMs quando se tratar de lançamento de diferença de IPTU. Nesse caso os valores poderão ser acumulados até atingir o limite, quando então deverá ser efetuado o lançamento.

A ordem correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é:

- A) F – F – V – V – F.
- B) F – V – F – V – V.
- C) V – F – V – V – V.
- D) V – V – V – F – F.
- E) V – V – F – F – V.

QUESTÃO 71 – Em relação a procedimentos de notificação, recurso, cobrança e oneração, previstos na Lei Complementar Municipal nº 07/1973, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) Os contribuintes serão notificados do lançamento dos tributos e das infrações, considerando-se feita a notificação ou qualquer comunicação, quando por meio eletrônico, na data da comprovação do recebimento ou 5 (cinco) dias após o seu envio, nos termos de regulamentação.
- B) O recurso de ofício interposto pelo Secretário Municipal da Fazenda ao Tribunal Administrativo de Recursos Tributários, de sua decisão favorável a pedido de restituição de IPTU, ficará sob condição pós-resolutória.
- C) Será facultativo o recurso de ofício interposto pelo Secretário Municipal da Fazenda ao Tribunal Administrativo de Recursos Tributários, de sua decisão favorável a pedido de restituição de IPTU, quando o montante do pagamento for igual ou inferior a 50.000 UFMs (cinquenta mil Unidades Financeiras Municipais) na data em que for efetuado.
- D) Fica o Executivo Municipal autorizado a não ajuizar ações de cobrança da Dívida Ativa da Fazenda Municipal em relação a créditos cujo montante seja igual ou inferior a 2.000 (duas mil) UFMs, considerando o total consolidado por inscrição no cadastro fiscal, no caso de créditos tributários relativos ao IPTU.
- E) No caso de créditos tributários de IPTU, a multa de mora será de 2% (dois por cento) sobre o valor do tributo se o pagamento do crédito vencido ocorrer até o último dia útil do mês do vencimento.

QUESTÃO 72 – De acordo com a Lei Complementar Municipal nº 07/1973, ficam isentos do IPTU:

- A) Os imóveis, ou parte deles, onde esteja instalada a sede ou a filial de entidade religiosa ou maçônica, sem fins lucrativos, próprios, alugados ou cedidos, para uso frequente da entidade, visando ao cumprimento de suas finalidades essenciais.
- B) A entidade educacional com fins lucrativos quando coloca à disposição do município 5% (cinco por cento) de suas matrículas para concessão de bolsas a servidores municipais.
- C) Os imóveis alugados para empresas e editoras de jornais, de televisão e rádio, emissoras que tenham instalações e desenvolvam atividades permanentes em Porto Alegre.
- D) O proprietário de imóvel cedido gratuitamente, mediante contrato público, por período não inferior a 3 anos, para uso exclusivo das entidades imunes.
- E) A viúva de ex-combatente que tenha efetivamente participado de operações bélicas durante a Segunda Guerra Mundial, mesmo que contraia novo casamento.

QUESTÃO 73 – Analise as assertivas abaixo e assinale a alternativa correta. Em relação ao IPTU, serão atingidos pela isenção:

- I. O imóvel utilizado diretamente pelas associações ou clubes de mães e associações comunitárias para o cumprimento de suas finalidades essenciais.
 - II. O imóvel utilizado exclusivamente como residência de viúva ou órfão menor não emancipado, reconhecidamente pobres e cujo valor venal não seja superior a 5.463 (cinco mil, quatrocentas e sessenta e três) UFRNs.
 - III. A sede de partidos políticos, próprias ou alugadas, desde que eles indiquem, no máximo, uma sede, de caráter municipal, regional ou estadual.
 - IV. As empresas de economia criativa localizadas nos Bairros Floresta, São Geraldo, Navegantes, Humaitá e Farrapos, para os imóveis adquiridos ou locados nesses bairros e utilizados no desenvolvimento de suas atividades, pelo período de 5 (cinco) anos, contados do exercício seguinte ao da solicitação, que deverá ser feita até 31 de dezembro de 2020, desde que apresente certificação de que é empresa de economia criativa, nos termos previstos em decreto, alvará de localização, comprovação da propriedade ou da locação do imóvel e autorização do proprietário, no caso de locação.
- A) Todas estão corretas.
B) Todas estão incorretas.
C) Apenas I e II estão corretas.
D) Apenas II e IV estão corretas.
E) Apenas I, II e IV estão corretas.

QUESTÃO 74 – A Lei Orgânica do município de Porto Alegre, sob o título Do Sistema Tributário Municipal, delimita, no Capítulo I do Título II, as competências e limitações de aspecto tributário. Por sua vez, a Instrução Normativa Conjunta SMF/PGM nº 001/2002 estabelece critérios para reconhecimento de benefícios fiscais em face do que dispõe o artigo 109 da Lei Orgânica do Município. De outra banda, a Lei Complementar Municipal nº 551/2006 cria a compensação do crédito de IPTU em relação à indenização por danos causados nos chamados “túneis verdes”. Acerca desses temas, analise as assertivas abaixo, assinalando V, se verdadeiras, ou F, se falsas.

- () A pessoa física ou jurídica com infração não regularizada a qualquer dispositivo legal do Município não poderá receber benefício ou incentivo fiscal, sendo que essa vedação não se aplica à pessoa física, no caso de benefício fiscal concedido relativamente ao Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana, quando renda, provento ou pensão sejam requisitos.
- () As infrações à legislação tributária, que por sua natureza são insuscetíveis de serem regularizadas, a exemplo do não cumprimento do prazo legal nas obrigações previstas no artigo 15 da Lei Complementar nº 07/1973, não serão consideradas como prejudiciais à concessão do benefício ou incentivo fiscal.
- () Nas questões que envolvam débitos para com a Fazenda Municipal, não será considerado infrator o contribuinte enquadrado em quaisquer das hipóteses de suspensão da exigibilidade do crédito, de acordo com o artigo 151 do Código Tributário Nacional.
- () Sem prejuízo de outras garantias asseguradas aos contribuintes, é vedado ao Município cobrar pedágio pela utilização de vias por ele conservadas.
- () Para fins de compensação do crédito tributário do IPTU, resultante de indenização por danos em bem imóvel localizado nos logradouros denominados “túneis verdes”, decorrentes de quedas de arbustos, considera-se crédito líquido, certo e vencido aquele resultante de dívidas de IPTU, referente a um mesmo contribuinte, desde que inscritos em dívida ativa, sem suspensão da exigibilidade, nos termos do Art. 151 do CTN.

A ordem correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é:

- A) F – F – V – F – F.
B) F – V – F – V – V.
C) V – F – V – F – V.
D) V – V – V – V – F.
E) V – V – F – F – V.

QUESTÃO 75 – A Lei Complementar Municipal nº 113/1984 instituiu a Taxa de Coleta de Lixo (TCL) no município de Porto Alegre. Em relação a essa taxa, analise as assertivas abaixo, assinalando V, se verdadeiras, ou F, se falsas.

- () A TCL tem como fato gerador a utilização, efetiva ou potencial, dos serviços de coleta, remoção, varrição, transporte e destinação final de lixo domiciliar, prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição.
- () Para efeitos de incidência e cobrança da TCL, considera-se beneficiado pelo serviço de coleta, remoção, transporte e destinação final de lixo, quaisquer imóveis edificados ou não, inscritos no Cadastro Imobiliário do Município de modo individualizado, que constituam unidade autônoma.
- () São isentos da TCL o imóvel que, comprovadamente, seja utilizado para exploração extrativa vegetal, agrícola, pecuária ou agroindustrial e que esteja localizado na 3ª Divisão Fiscal, inclusive as construções utilizadas como residência do proprietário e de seus familiares, excetuadas as demais construções não vinculadas à exploração extrativa vegetal, agrícola, pecuária ou agroindustrial.
- () A taxa de Coleta de Lixo será calculada, anualmente, em função da destinação de uso, localização e da área do imóvel beneficiado.
- () As entidades religiosa, maçônica ou educacional, sem fins lucrativos, terão direito a 50% (cinquenta por cento) de desconto no valor da Taxa de Coleta de Lixo.

A ordem correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é:

- A) F – F – V – F – V.
- B) V – V – F – V – V.
- C) F – V – V – V – F.
- D) V – F – V – F – F.
- E) F – V – F – F – V.

QUESTÃO 76 – Analise as assertivas abaixo que dizem respeito à disciplina do imposto sobre a transmissão "inter-vivos", por ato oneroso, de bens imóveis e de direitos reais a eles relativos (ITBI) na Lei Complementar Municipal nº 197/1989, e assinale a alternativa correta.

- I. Na transmissão de bens imóveis ou na cessão de direitos reais a eles relativos, que se formalizar por escritura pública, considera-se ocorrido o fato gerador na data de sua lavratura.
- II. Na cessão de direitos hereditários, formalizada no curso do inventário, para fins de cálculo do ITBI, a base de cálculo será o valor dos bens imóveis que ultrapassar o respectivo quinhão, sendo que neste quinhão serão considerados apenas os bens imóveis.
- III. Consideram-se bens imóveis para os fins do ITBI o solo com sua superfície, os seus acessórios e adjacências naturais, compreendendo as árvores e os frutos pendentes, o espaço aéreo e o subsolo.
- IV. O ITBI é devido quando os bens imóveis transmitidos, ou sobre os quais versarem os direitos, se situarem no território do município de Porto Alegre, ainda que a mutação patrimonial decorra de ato ou contrato celebrado ou de sucessão aberta fora do respectivo território.
- V. A transmissão de bens ou direitos decorrentes de fusão, incorporação, cisão ou extinção de pessoa jurídica está ao abrigo da imunidade do ITBI, exceto se a atividade preponderante do adquirente for transações de compra e venda desses bens ou direitos, locação de bens imóveis ou arrendamento mercantil, sendo preponderante se mais de 50% da receita operacional da pessoa jurídica adquirente dos bens ou direitos decorrer dessas transações e a preponderância ocorrer nos dois anos anteriores e nos dois anos subsequentes à data do título hábil a operar a transmissão, considerando um só período de apuração de quatro anos, para pessoa jurídica já em atividade na data da transmissão.

- A) Todas estão corretas.
- B) Todas estão incorretas.
- C) Apenas I, II e III estão corretas.
- D) Apenas I, II e IV estão corretas.
- E) Apenas I, III e IV estão corretas.

QUESTÃO 77 – Em relação ao ITBI, assinale a alternativa INCORRETA, tendo por base a Lei Complementar Municipal nº 197/1989.

- A) O ITBI não incide na desincorporação dos bens ou dos direitos anteriormente transmitidos ao patrimônio de pessoa jurídica, em realização de capital, quando reverterem aos primitivos alienantes se estes receberem os mesmos bens ou direitos em pagamento de sua participação, total ou parcial, no capital social da pessoa jurídica.
- B) É isenta do ITBI a transmissão na aquisição de imóvel que se destinar à residência do adquirente, com ânimo definitivo, não destinado à recreação, ao lazer ou para veraneio, adquirido por meio de programa governamental de habitação destinado a famílias de baixa renda, cuja estimativa fiscal não seja superior a 18.000 (dezoito mil) UFMs, desde que o adquirente comprove não ser ele próprio, ou o seu cônjuge, proprietário de outro imóvel residencial no município de Porto Alegre, no momento da transmissão ou da cessão.
- C) É isenta do ITBI a transmissão ao associado de fração de um todo maior de terreno adquirido por cooperativas habitacionais autogestionárias, desde que o associado conste da lista apresentada pela cooperativa por ocasião da aquisição do terreno destinado à construção de conjuntos residenciais de interesse social.
- D) Na estimativa fiscal de ITBI dos bens imóveis ou dos direitos reais a eles relativos, poderão ser considerados, dentre outros elementos, os valores correntes das transações de bens de mesma natureza no mercado imobiliário de Porto Alegre, valores de cadastro, valor atribuído pelo contribuinte na guia informativa e valores das áreas vizinhas ou situadas em zonas economicamente equivalentes, consideradas as características do imóvel como forma, dimensões, tipo, utilização, localização, estado de conservação e infraestrutura urbana.
- E) No caso de arrematação, a base de cálculo do ITBI é o preço pago na arrematação, atualizado pela Unidade Financeira Municipal (UFM) do período compreendido entre a data do auto de arrematação ou da ata de leilão e a data de solicitação da guia para pagamento do ITBI, caso o intervalo seja superior a 30 (trinta) dias, desde que a arrematação não tenha ocorrido por preço vil.

QUESTÃO 78 – Tendo por orientação o que dispõem os Decretos nº 9.422/1989, nº 15.306/2006 e nº 18.366/2013, assinale a alternativa correta.

- A) Todas as operações de transmissão de imóveis situados no Município de Porto Alegre, ou de direitos reais a eles relativos, que sejam anotadas, averbadas, lavradas, matriculadas ou registradas nos Cartórios de Ofício de Notas e de Registro de Imóveis, com valor superior a 55.000 (cinquenta e cinco mil) UFMs, deverão ser informadas à Secretaria Municipal da Fazenda de Porto Alegre, sendo dispensadas de informação quando o valor da operação for inferior a 55.000 (cinquenta e cinco mil) UFMs.
- B) Na Declaração de Operações Imobiliárias do Município (DOIM) deverão ser informados somente os elementos definidos em Decreto, sendo eles restritos a: dados da operação, dos imóveis transmitidos e dos adquirentes e transmitentes.
- C) De posse do termo de parcelamento do ITBI, o adquirente poderá apresentá-lo para a lavratura de escritura pública no Cartório de Ofício de Notas ou para a transcrição do título de transferência no Cartório de Registro de Imóveis, que será realizado sob condição suspensiva.
- D) Entre outros motivos, acarretará o cancelamento do parcelamento do ITBI a falta de pagamento de três parcelas consecutivas.
- E) O contribuinte pode proceder a quaisquer alterações na guia do ITBI, ficando sujeitas à análise posterior da fiscalização tributária municipal. Já tendo havido o pagamento, o contribuinte deve encaminhar as alterações por meio de Guia Retificativa, sendo que a alteração só poderá ocorrer no prazo de cinco anos a contar do pagamento.

QUESTÃO 79 – O Tribunal Administrativo de Recursos Tributários (TART), criado pela Lei Complementar Municipal nº 534/2005, em substituição ao Conselho Municipal de Contribuintes (LCM nº 3.607/71) e regulamentado pelo Decreto nº 15.110/2006, funciona vinculado à estrutura da Secretaria Municipal da Fazenda de Porto Alegre. Quanto ao TART, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) No exercício das prerrogativas da função, os Conselheiros terão amplo acesso aos documentos relativos aos processos aos quais tenham solicitado vista, podendo requisitá-los a quaisquer repartições municipais.
- B) Ao Defensor da Fazenda, objetivando a preservação dos interesses do Erário Municipal, incumbe ter vista e manifestar-se, antes do relator, obrigatoriamente, nos recursos cuja exigência ultrapasse o montante de 25.000 UFMs.
- C) Ao Plenário do TART, compete processar e julgar o recurso especial interposto por contribuinte, quando a decisão da Câmara, de forma não unânime, reformar a decisão recorrida.
- D) A autoridade fazendária poderá exercer o pedido de preferência para julgamento em todos os recursos envolvendo conduta com possibilidade de constituir crime contra a ordem tributária, tal como definido na Lei Federal nº 8.137/1990.
- E) As resoluções do TART independem de homologação do Prefeito Municipal.

QUESTÃO 80 – Sobre as Leis Complementares nº 530/2005, nº 535/2005 e nº 732/2014 e o Decreto nº 19.946/18, assinale a alternativa correta.

- A) O Poder Executivo deverá estabelecer a possibilidade de pagamento do IPTU, da TCL e do ISSQN, relativo à prestação de serviços sob a forma de trabalho pessoal do próprio contribuinte, até o segundo dia útil do mês de janeiro, sem a aplicação da variação da UFM.
- B) O contribuinte que integrar o Programa Municipal de Apoio e Promoção do Esporte (PROESPORTE), de posse do Certificado de Crédito, poderá utilizá-lo para uma redução de até 40% do ISSQN e do IPTU.
- C) As empresas com estabelecimento no Município de Porto Alegre e que aceitem transações com cartão de crédito como meio de pagamento ficam obrigadas a informar, por estabelecimento, à Secretaria Municipal da Fazenda, as taxas de desconto aplicadas sobre os valores recebidos em decorrência da utilização do cartão de crédito como meio de pagamento, diretamente e sempre que por esta solicitado.
- D) A Requisição de Informações sobre Movimentação Financeira (RMF) será precedida de intimação ao sujeito passivo para apresentação de informações sobre movimentação financeira, exceto no caso de urgência, devidamente comprovado.
- E) São autorizados a expedir a RMF os Auditores-Fiscais da Receita Municipal.